



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | Março 2014



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Março de 2014

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de março.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Artigos	33
Em Análise	35
Evolução Recente do Comércio Internacional no Sector Automóvel (2009 a 2013)	35
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No 1.º trimestre de 2014, assistiu-se a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana da área do euro, em parte, devido ao processo de reajustamento estrutural das economias mais frágeis e aos progressos feitos em torno da construção da União Bancária Europeia. Para esta última, é de destacar o acordo alcançado entre o Conselho e o Parlamento Europeu, a 20 de março, sobre o Mecanismo de Resolução para o setor bancário. No caso dos EUA, no âmbito da reunião do FOMC (*Fed Open Market Committee*) de 18 e 19 de março, foi decidido que a política de “*tapering of quantitative easing*” deve prosseguir gradualmente até final do ano, estando previsto que, em Abril, as aquisições, por parte da Reserva Federal, de títulos hipotecários e *Treasuries* diminuíssem para 55 mil milhões de dólares, resultando numa política monetária menos expansionista. Também, neste período, se verificou alguma instabilidade dos mercados financeiros internacionais provocada pela turbulência financeira em certas economias emergentes e pelo desconhecimento do desfecho da crise na Ucrânia.
- * No 4.º trimestre de 2013, o PIB do G20 acelerou para 3,3% em termos homólogos reais (2,9% no 3.º trimestre), influenciado, por um reforço de crescimento dos EUA e da União Europeia e por uma melhoria do Japão. Pelo contrário, algumas economias emergentes registaram um abrandamento resultando num crescimento menos robusto, com destaque para a desaceleração do PIB da China, Índia e Brasil.
- * Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2014 para os EUA indicam a continuação de um crescimento moderado da atividade económica, embora em ligeira desaceleração, associada, em parte, às condições meteorológicas adversas. Com efeito, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, a produção industrial desacelerou em linha com a diminuição dos indicadores de confiança dos empresários e as vendas registaram um abrandamento significativo. Em fevereiro de 2014, a taxa de desemprego subiu para 6,7% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,1% (1,6% em janeiro).
- * No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos empresários dos serviços e do comércio a retalho. Também, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE deve continuar a aumentar no 1.º trimestre de 2014 (+0,3% no 4.º trimestre de 2013) refletindo uma recuperação gradual da economia da área do euro. A taxa de desemprego manteve-se na UE e na AE em 10,8% e 12%, respetivamente, em janeiro de 2014 e a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 0,7% em fevereiro de 2014 (0,8% nos três meses precedentes) devido principalmente à quebra mais acentuada dos preços de energia.
- * Em março de 2014 e, até ao dia 26, o preço *spot* do petróleo *Brent* desceu, em média, para 108 USD/bbl (78 €/bbl) refletindo o aumento da oferta por parte dos países não membros da OPEP.
- * As taxas de juro de curto prazo subiram para a área do euro ao longo do mês de março, tendo a taxa Euribor a 3 meses situado em 0,32% no dia 26.
- * A taxa de câmbio do euro face ao dólar apresentou uma forte oscilação no decurso do mês de março de 2014, situando-se em 1,38 no dia 26 (nível semelhante ao do final do mês de fevereiro).

Conjuntura Nacional

- As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2014 apontam para um crescimento homólogo de 1,7% do PIB (-1,4% no conjunto do ano).
- A FBCF apresentou igualmente um crescimento homólogo de 2,7% no 4.º trimestre de 2013, 7,8p.p. acima do observado no trimestre anterior (-6,6% em 2013).
- Quanto aos fluxos de comércio internacional, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o mês de janeiro, apontam para uma aceleração de 9,3% das importações e um crescimento das exportações em 2,3% (3,1% e 6,6% no 4.º trimestre, respetivamente).
- O consumo privado cresceu 0,6% no último trimestre de 2014, após 11 trimestres em queda. Em termos anuais registou uma quebra de 1,7%.
- Em fevereiro, o número de desempregados registados diminuiu 5,2% em termos homólogos, enquanto as ofertas, ao longo do período, cresceram 76%.
- * A variação homóloga do IPC em fevereiro foi de -0,1%, um valor inferior aos 0,1% registados em janeiro. O IPPI caiu 1,5p.p. face a fevereiro de 2013. A variação homóloga do IHPC foi, também, de -0,1%.
- * Em fevereiro 2014, o excedente global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 48,3M€, diminuindo 221,4M€ face ao período homólogo. O saldo relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro ascendeu a 30,8M€.
- * Para este comportamento contribuíram a diminuição do défice do Estado (em 579M€) e a melhoria dos excedentes da Administração Local (em 131,1M€) e da Segurança Social (em 30M€). Em sentido contrário, os Serviços e Fundos Autónomos contribuíram para o agravamento do saldo das Administrações Públicas ao diminuir o seu excedente em 130M€ e a Administração Regional ao apresentar um défice de 78M€, que compara com um excedente de 21M€ no período homólogo.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS, em janeiro revela um défice de 40M€, correspondendo a um agravamento de 103M€ face ao período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em janeiro de 2014, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 217,3 mil M€, mais 3916M€ que no final de dezembro.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 2,3% em janeiro de 2014. No mesmo período, as importações registaram um acréscimo de 9,3%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 54,2%, correspondente a 325 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 81%, menos 5,6p.p. que em igual período de 2013.
- * No primeiro mês de 2014, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (0,9%). As importações registaram uma variação homóloga positiva e superior ao crescimento das exportações (4,8%), acentuando o saldo negativo da respetiva balança comercial em 147,6%.

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro de 2014.

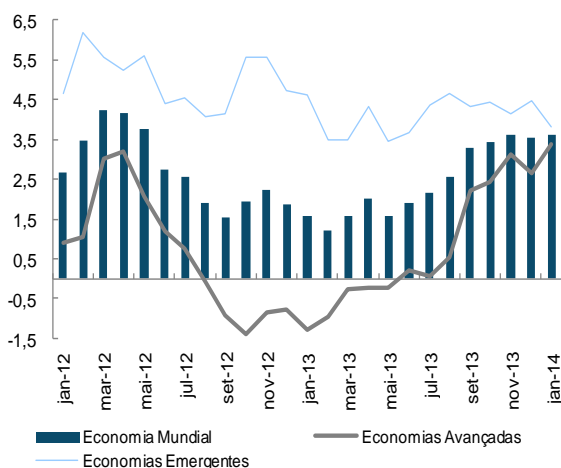
- * No último ano a terminar em janeiro de 2014, as exportações de mercadorias cresceram 4,3% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,6p.p.), dos “Agroalimentares” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,7p.p.). No primeiro mês de 2014, destaca-se o contributo positivo do “Vestuário e Calçado” (+1,6p.p.), seguido do contributo dos “Energéticos” (+1,5p.p.) e dos “Produtos Acabados Diversos” (+1p.p.).
- * Em janeiro de 2014, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 3,9% e contribuíram em 2,8p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 3,6 % e as exportações para os países do Alargamento cresceram 10,6 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,5p.p. e 0,3p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25% do total em janeiro de 2014), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+2,1p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e o Reino Unido (+1,3p.p. e +0,6p.p. respetivamente).
- * No primeiro mês de 2014, as exportações para os Países Terceiros registaram uma variação homóloga negativa de 2%, passando a representar 26,8 % do total das exportações nacionais (-1,2p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (+40,5%) e China (+7,3%).
- * Em janeiro de 2014, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 1,3%. As exportações de produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+1,8p.p. e +1p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de dezembro de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,7% no ano de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance de crescimento relativamente à dos Bens (7,7% e 4,9%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (+3,4p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em janeiro de 2014, a produção industrial mundial manteve o aumento de 3,6% em termos homólogos; mas, enquanto a das economias avançadas acelerou, a dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou, especialmente para os asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



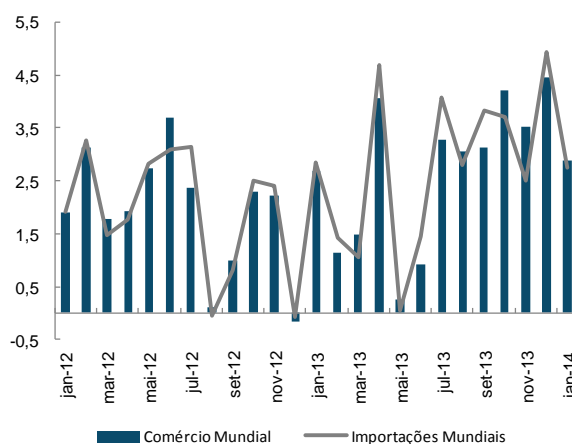
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias desacelerou, tendência que se estendeu tanto às importações como às exportações mundiais, embora de forma mais acentuada para o primeiro caso.

De facto, em janeiro de 2014 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,9% (4,5% em dezembro de 2013);
- as importações e as exportações mundiais abrandaram para 2,8% e 3,0%, respetivamente (4,9% e 4,0%, em dezembro de 2013).

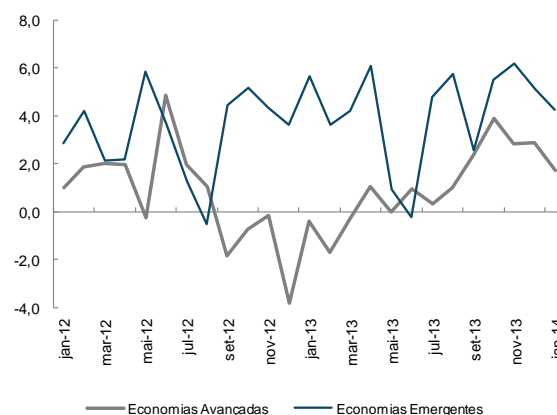
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As trocas comerciais registaram uma deterioração quer nas avançadas quer nos países emergentes. Mas, para as economias avançadas, a evolução descendente foi mais significativa nas exportações; já que para os países emergentes, se assistiu a uma desaceleração mais pronunciada para as importações, refletindo o abrandamento da procura interna de muitas dessas economias.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

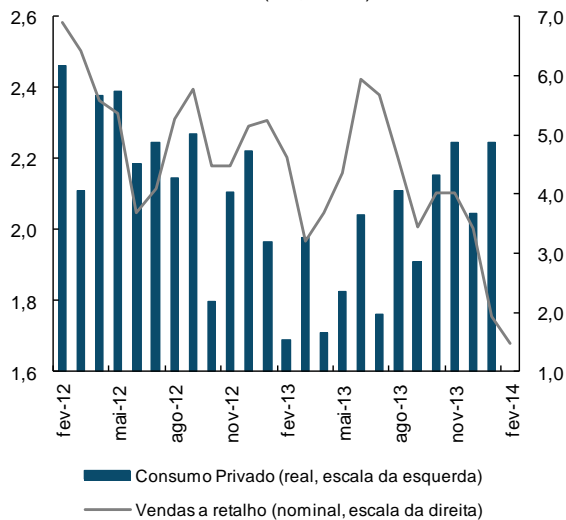
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013			2014
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,4	2,0	1,4	1,8	2,7	3,5	3,4	3,6	3,6	3,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	0,7	-1,0	-0,8	-0,1	0,9	2,7	2,4	3,1	2,6	3,4	
Economias Emergentes	VH	CPB	4,1	5,3	3,9	3,8	4,5	4,3	4,4	4,1	4,5	3,8	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,7	1,4	1,8	1,7	3,1	4,1	4,2	3,5	4,5	2,9	
Importações Mundiais	VH	CPB	2,8	1,6	1,8	2,0	3,6	3,7	3,7	2,5	4,9	2,8	
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,3	-1,5	-1,7	-1,2	-0,1	1,7	2,1	0,7	2,1	0,8	
Economias Emergentes	VH	CPB	6,1	5,0	5,5	5,5	7,6	5,8	5,3	4,3	7,8	4,7	
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,6	1,3	1,8	1,4	2,7	4,4	4,7	4,5	4,0	3,0	
Economias Avançadas	VH	CPB	1,1	-1,6	-0,8	0,7	1,2	3,2	3,9	2,8	2,9	1,7	
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,4	4,5	2,2	4,3	5,6	5,5	6,2	5,1	4,3	

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2014 para os **EUA** indicam a continuação de um crescimento moderado da atividade económica, embora em ligeira desaceleração, associada, em parte, às condições meteorológicas adversas.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

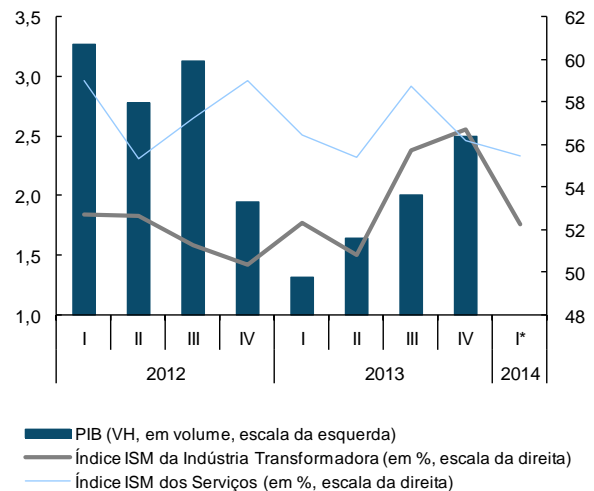


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014 e, em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 2,9% (3,3% no 4.º trimestre de 2013) em linha com a diminuição dos indicadores de confiança dos empresários, sendo a descida particularmente expressiva para o ramo da indústria;
- as vendas a retalho tiveram uma desaceleração significativa, tendo aumentado 1,7% em termos nominais (3,8% no 4.º trimestre de 2013);
- a taxa de desemprego desceu para 6,7% (7,0% no último trimestre de 2013) e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,4% (1,2% no 4.º trimestre de 2013).
- Em janeiro de 2014 e em comparação homóloga, o consumo privado acelerou para 2,2% em termos reais (2,0% em dezembro de 2013) e as exportações aumentaram para 2,3% em termos nominais (valor nulo em dezembro de 2013).

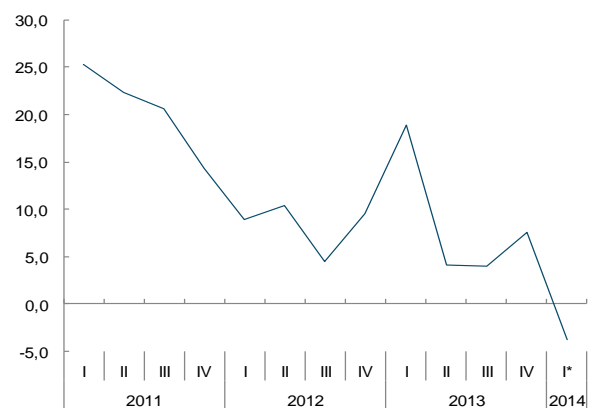
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de janeiro e fevereiro.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem algum abrandamento da atividade económica para o 1.º trimestre de 2014. De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014 e, em termos homólogos, a produção industrial e as vendas a retalho desaceleraram para 8,6% e 11,8% (10,0% e 13,5% respetivamente, no 4.º trimestre de 2013,) e as exportações caíram 3,8% (+7,5% no último trimestre de 2013).

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China. * Média de janeiro e fevereiro.

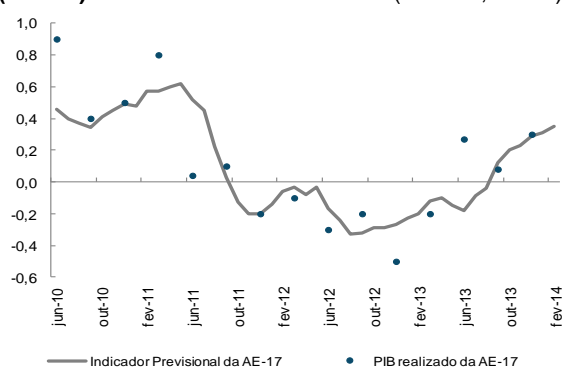
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013		2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	1,9	2,0	1,3	1,6	2,0	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,6	2,8	2,4	2,0	2,6	3,3	3,1	3,1	2,9	2,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	53,9	50,4	52,3	50,8	55,7	56,7	57,0	56,5	51,3	53,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,7	59,0	56,4	55,4	58,8	56,2	55,3	54,3	56,3	54,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	79,2	79,4	76,7	81,7	81,6	76,9	75,1	82,5	81,2	81,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	7,4	7,8	7,7	7,5	7,2	7,0	7,0	6,7	6,6	6,7
China – PIB real	VH	NBSC	7,7	7,9	7,7	7,5	7,8	7,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	9,5	18,9	4,1	4,0	7,5	12,7	4,2	10,6	-18,1
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,6	-0,3	-0,1	1,3	2,4	2,5	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos serviços e do comércio a retalho. Também, o indicador previewal do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE deve continuar a aumentar no 1.º trimestre de 2014 (+0,3%, no 4.º trimestre de 2013).

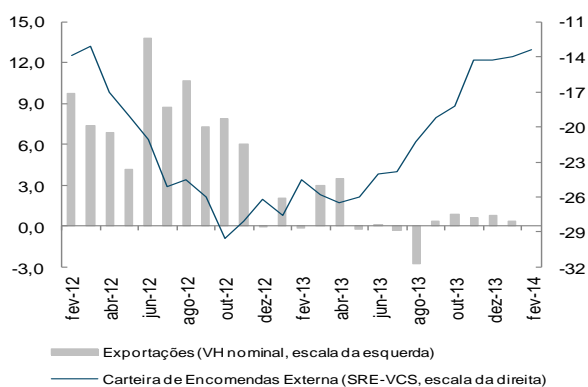
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro no início do 1.º trimestre de 2014, indicam uma ligeira melhoria da produção industrial e uma recuperação das vendas a retalho; enquanto as exportações de bens desaceleraram, resultando num fraco crescimento.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

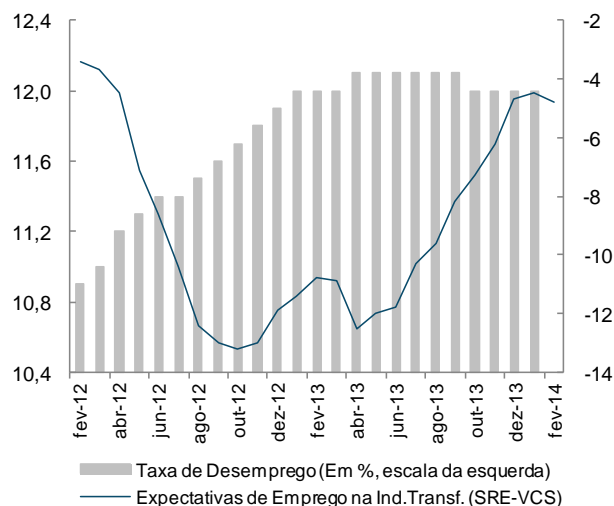


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2014, a taxa de desemprego manteve-se em 12,0% para a AE e em 10,8% para a UE.

Em fevereiro de 2014, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores da indústria transformadora, comércio a retalho e construção; enquanto melhoraram para os serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2014, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 0,7% (0,8% nos três meses precedentes) e manteve em 1,2% em termos de variação dos últimos 12 meses. A descida da inflação homóloga resultou sobretudo de uma quebra mais acentuada dos preços de energia.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis mantiveram o crescimento de 1,1% em termos homólogos nominais no 4.º trimestre de 2013.

O emprego total da economia diminuiu 0,5% em termos homólogos na AE no 4.º trimestre de 2013 (-0,8% no trimestre precedente) acompanhado de um aumento da produtividade, a qual aumentou 1,0p.p. (+0,5% no 3.º trimestre).

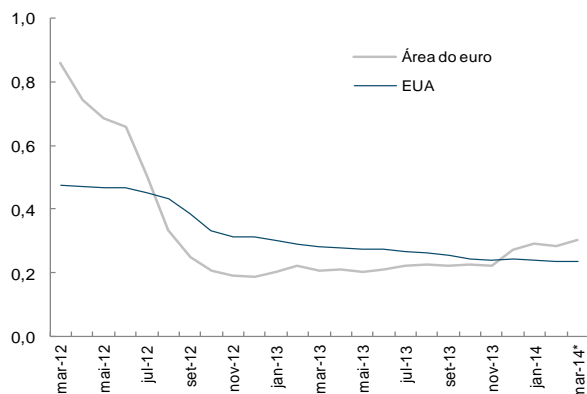
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013		2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	0,1	-0,7	-0,7	-0,1	0,2	1,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	95,9	88,7	91,6	91,2	98,2	102,7	102,4	103,8	104,8	105,0
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,5	-1,0	-1,2	-0,6	-0,3	0,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	93,8	87,2	90,5	90,2	95,3	99,1	98,8	100,4	101,0	101,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-0,7	-3,3	-2,2	-0,9	-1,1	1,5	2,6	1,5	1,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,9	-2,4	-2,2	-1,0	-0,5	0,2	1,0	-0,2	1,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	12,1	11,8	12,0	12,1	12,1	12,0	12,0	12,0	12,0	:
IHPC	VH	"	1,4	2,3	1,9	1,4	1,3	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2014, as taxas de juro de curto prazo subiram para a área do euro; enquanto estabilizaram para os EUA. Com efeito, até ao dia 26, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,30% (0,29%, em fevereiro) e a dos EUA manteve em 0,23%.

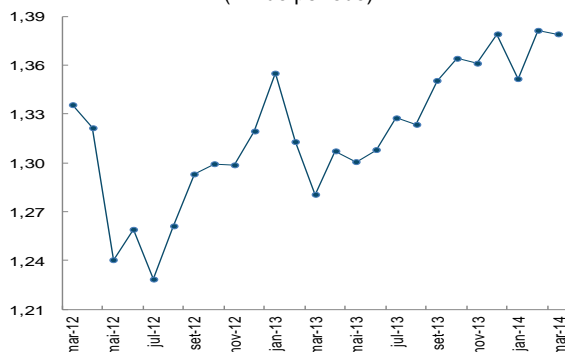
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em fevereiro de 2014, as taxas de juro de longo prazo desceram para a área do euro e para os EUA, tendo a diminuição sido mais acentuada para o primeiro caso. Para ambos, esta evolução foi influenciada pela decisão do Sistema da Reserva Federal dos EUA de reduzir as aquisições de ativos; pela turbulência dos mercados financeiros em vários países emergentes.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

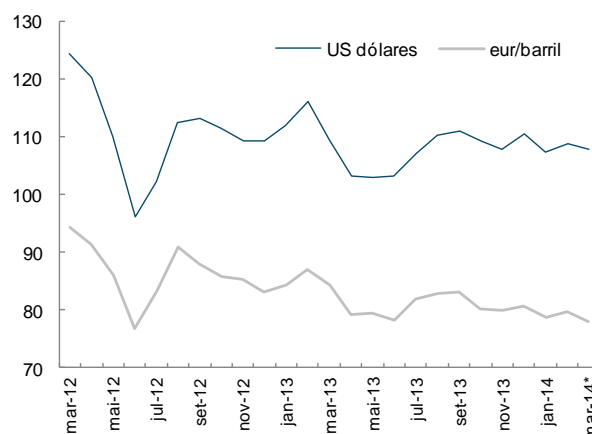


Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 26.

Até meados do mês de março de 2014 assistiu-se a uma apreciação global do euro face às principais divisas internacionais. Porém, a partir daí, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se, a qual se situou em 1,38 no dia 26 (nível semelhante ao do final de fevereiro). Durante este período, manteve-se a volatilidade cambial nalgumas economias emergentes, afetando sobretudo a depreciação das moedas da Argentina, Turquia, Rússia, Ucrânia e República da África do Sul.

Em fevereiro de 2014, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 77,4 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em março de 2014, e até dia 26, o preço do petróleo *Brent* desceu ligeiramente, para se situar, em média, em 108 USD/bbl (78 €/bbl), refletindo, sobretudo, o aumento da oferta por parte dos países não membros da OPEP.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 5,8% em termos homólogos (-2,9% no 4.º trimestre de 2013) devido especialmente à quebra dos preços dos metais e dos *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013		2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,29	0,19	0,21	0,23	0,23	0,29	0,23	0,29	0,30	0,29
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,35	1,71	1,95	2,00	2,71	2,75	2,72	2,90	2,86	2,71
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,00	3,32	3,06	2,82	3,15	2,97	2,90	2,97	2,84	2,65
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,379	1,319	1,281	1,31	1,351	1,379	1,361	1,379	1,352	1,381
Dow Jones*	VC	Yahoo	26,5	-2,5	11,3	2,3	1,5	9,6	3,5	3,0	-5,3	4,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	17,9	7,4	-0,5	-0,8	11,2	7,5	0,6	0,7	-3,1	4,5
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	108,63	110,01	112,56	103,17	109,50	109,28	107,84	110,59	107,23	108,84
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-2,6	1,0	-4,8	-5,2	0,2	-0,7	-1,4	1,3	-4,3	-6,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-5,8	4,9	-5,4	-6,8	-5,4	-5,3	-6,3	-3,0	-6,6	-8,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,9	85,4	83,4	77,6	80,3	77,9	77,4	77,1	81,2	77,4

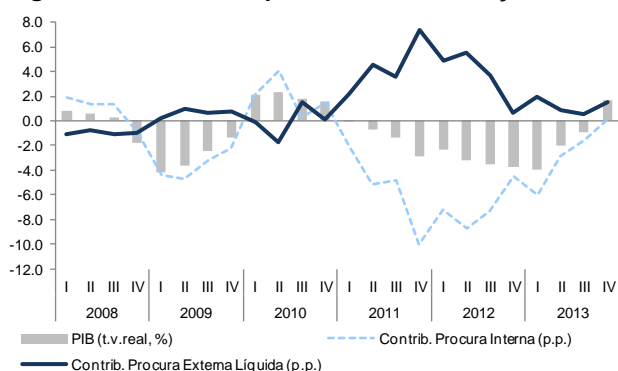
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2014 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2013 apontam para um crescimento homóloga de 1,7% do PIB (-4,1% no 1.º trimestre). Segundo o INE, este movimento deveu-se a um contributo positivo da procura interna (0,1p.p. face a -1,5p.p. do trimestre anterior), enquanto a procura externa líquida reforçou o seu contributo positivo (1,5p.p. que compararam com os 0,6p.p. do trimestre anterior). No contexto da procura interna, é ainda de relevar a variação positiva do consumo privado em 0,6% (a primeira desde finais de 2010), bem como do Investimento em 2,7% (registo positivo não observado desde o ano de 2008).

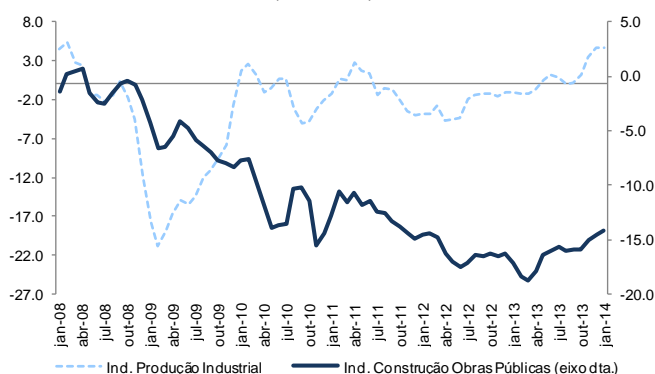
Figura 2.1. Contributo para a Taxa de Variação do PIB



Fonte: INE.

Numa outra perspetiva, o indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em janeiro, reforçou a tendência de crescimento, registando uma variação homóloga de 2,5%.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



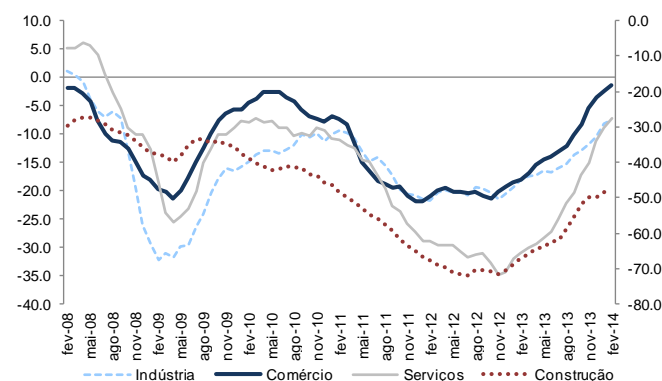
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de janeiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção subiu 2,8% e o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 1,7% (4,6% e 2,4% no 4.º trimestre de 2013, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-14,1% quando no último trimestre apresentava uma variação homóloga de -14,5%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 1,8% (+0,7p.p. face ao 4.º trimestre de 2013);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 2,4%, superior em 0,9p.p. face ao trimestre terminado em dezembro.

Nos meses de janeiro e fevereiro assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

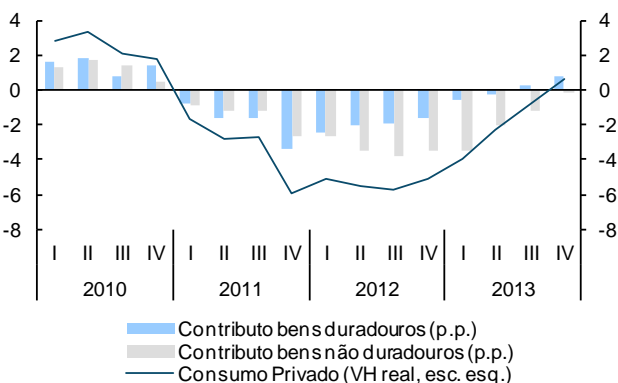
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013					2013			2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-14	-3.8	-4.0	-2.0	-0.9	1.7	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2.2	-4.1	-3.6	-2.7	-1.6	-1.1	-14	-12	-11	-0.8	-0.6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-14.7	-20.6	-17.6	-16.8	-13.7	-10.6	-13.5	-10.1	-8.2	-6.2	-8.1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-11.1	-19.2	-16.8	-14.1	-10.1	-3.5	-6.3	-2.5	-1.6	-3.0	0.6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-22.2	-34.3	-30.1	-27.1	-20.3	-11.4	-13.4	-12.5	-8.3	-5.9	-7.8
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-58.4	-70.4	-65.9	-62.4	-55.6	-49.7	-50.5	-48.1	-50.5	-46.7	-45.8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	1.1	-1.1	-1.3	1.2	0.2	4.6	2.8	5.2	5.8	2.8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0.0	-2.0	-5.0	1.4	1.2	2.4	-0.6	6.1	1.9	-1.7	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-4.4	-7.0	-7.3	-4.8	-2.9	-2.5	-3.6	-2.8	-1.2	-1.8	:

Consumo Privado

No 4.º trimestre de 2013 o consumo privado cresceu 0,6%, após 11 trimestres consecutivos de queda. A melhoria deveu-se, principalmente, ao consumo de bens duradouros (cujo contributo se fixou nos 0,8p.p.). Ainda assim, este crescimento foi insuficiente para evitar uma quebra de 1,7% em termos anuais.

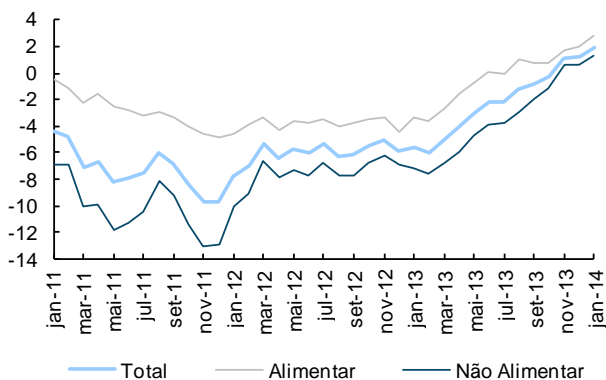
Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos



Fonte: INE.

O Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou, no trimestre terminado em janeiro de 2014, uma aceleração no crescimento, crescendo 2,2%. No 4.º trimestre de 2013 o crescimento fixou-se nos 1,5%.

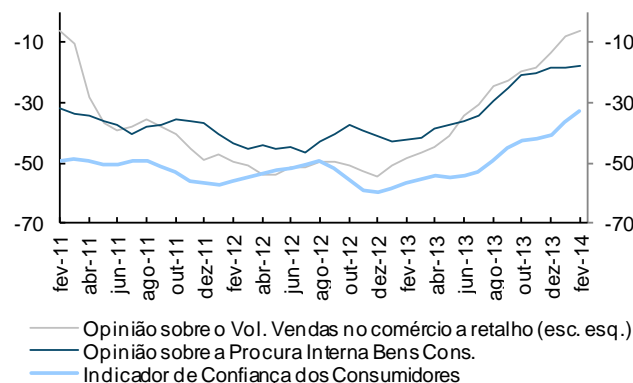
Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

Os indicadores de opinião das empresas acerca do volume de vendas no comércio a retalho, e, o Índice de Confiança dos Consumidores melhoraram no trimestre terminado em fevereiro de 2013. Já o Índice de opinião dos empresários relativo à Procura Interna de Bens de consumo registou, pelo terceiro mês consecutivo, o mesmo valor.

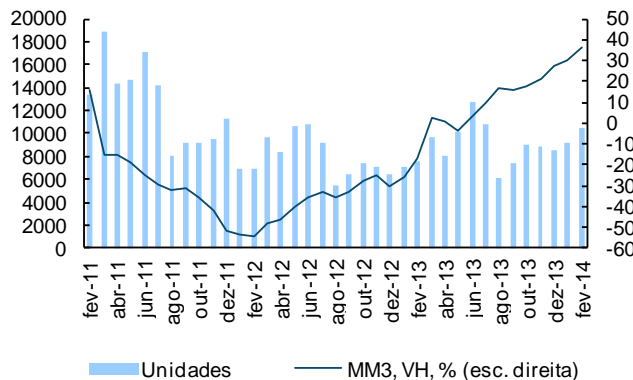
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em fevereiro de 2014 foram vendidos 10 541 automóveis ligeiros de passageiros. Este valor representa mais 1 286 que no mês anterior, e um aumento de 40,2% face ao mês homólogo.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013			2014	
				T4	T1	T2	T3	T4	out	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,7	-5,1	-4,0	-2,3	-0,9	0,6	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-48,7	-59,8	-55,3	-53,9	-45,3	-40,4	-43,5	-41,0	-36,8	-32,3	-28,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	"	-29,1	-54,5	-46,4	-34,3	-22,5	-13,2	-18,3	-15,3	-6,0	-3,0	-10,2
Índice de Vol. de negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,7	-5,9	-5,1	-2,2	-0,8	1,5	0,4	4,4	-0,4	2,4	:
Bens Alimentares	VH	"	0,0	-4,4	-2,6	0,1	0,7	2,1	1,1	5,1	0,0	3,3	:
Bens não alimentares	VH	"	-3,0	-7,0	-6,8	-3,8	-2,0	1,0	-0,2	3,9	-0,6	1,8	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	11,1	-30,3	2,8	3,3	15,7	27,0	23,1	23,5	35,4	31,8	40,2
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	3,4	-4,2	-2,0	2,8	6,9	5,7	4,6	1,9	11,0	4,6	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

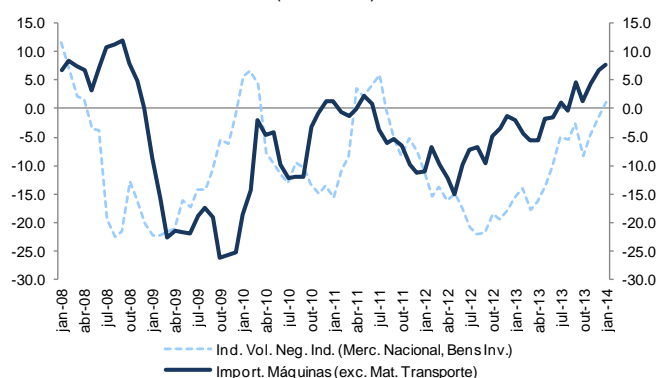
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 4.º trimestre de 2013, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 2,7%, 7,8p.p. acima do observado no trimestre anterior. A componente de Equipamento de Transporte foi a que mais contribuiu para esta evolução, tendo registado uma variação homóloga de 53,3% que compara com -27,5% do 3.º trimestre. O investimento em Outras máquinas e Equipamentos subiu 9,7%, 3,7p.p. acima dos valores no trimestre anterior. Por outro lado, o investimento em Construção caiu -6,3% (+2,3p.p. face ao trimestre terminado em setembro).

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de janeiro, mostram que, em termos médios homólogos:

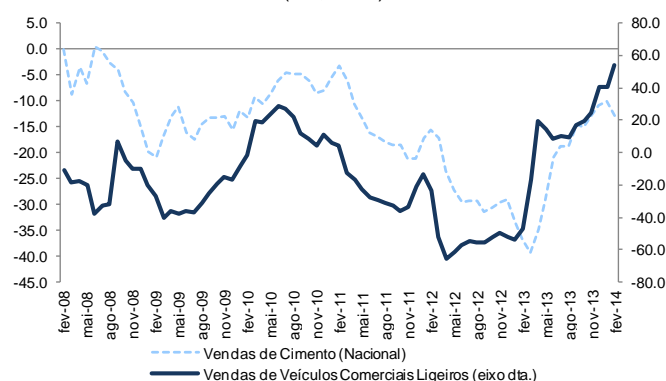
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou a sua evolução, situando-se nos 1,8% (-1,7% no 4.º trimestre de 2013);
- a importação máquinas e outros de bens de capital excepto material de transporte cresceram 3,6% (-3,1p.p. face ao trimestre terminado em dezembro);
- as licenças de construção de fogos desceram 18,9% (-30% no trimestre anterior).

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o investimento nos meses de janeiro e fevereiro, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 54% (+13,5p.p. face ao trimestre terminado em dezembro) acompanhadas pela variação de 25,9% na venda de veículos comerciais pesados, uma desaceleração de 61,9p.p. face ao período precedente;
- as vendas de cimento inverteram o perfil de recuperação registado nos últimos meses, observando-se queda de 17,8% (-10,9% no trimestre terminado em dezembro);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso regressou a valores positivos não observados desde finais de 2007.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

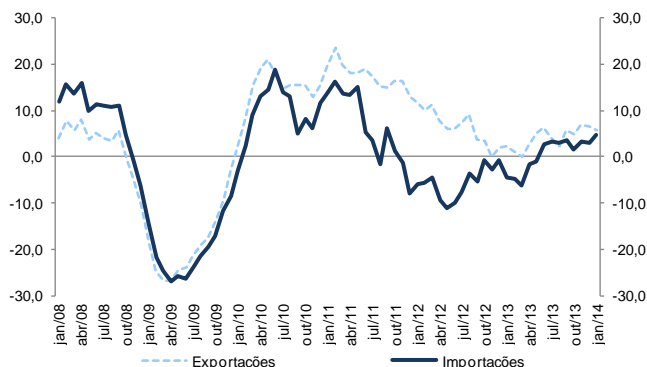
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013			2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-7.3	-2.4	-16.1	-6.2	-4.4	-18	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-6.6	-12.4	-16.2	-6.2	-5.1	2.7	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-9.2	-16.2	-18.3	-9.8	-6.2	-2.4	-6.1	-4.5	-2.4	-1.0	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e	-22.8	-29.1	-39.2	-20.9	-14.7	-10.9	-16.5	-11.3	-1.5	-15.6	-20.3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13.7	-52.5	-16.9	8.5	16.7	40.4	29.2	27.4	54.6	29.2	76.2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	17.2	7.9	-11.2	-11.1	-2.0	87.8	39.4	23.4	258.6	37.9	6.6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-2.12	-47.5	-30.3	-26.8	-18.3	-9.5	-14.3	-12.9	-1.3	4.0	2.0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-32.4	-39.9	-43.9	-30.5	-22.0	-30.0	-46.1	-28.5	-8.1	-18.9	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	1.1	-1.3	-5.5	-1.6	4.5	6.7	1.3	5.3	13.8	3.6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-8.2	-17.9	-17.7	-10.3	-2.7	-1.7	-7.1	0.4	1.2	1.8	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o mês de janeiro, apontam para uma aceleração de 9,3% das importações e um crescimento das exportações em 2,3% (3,1% e 6,6% no 4.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



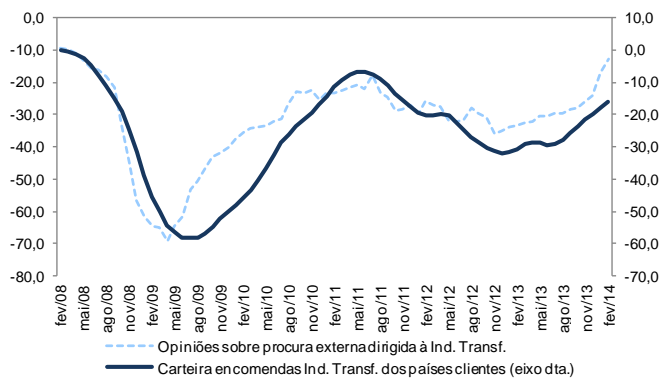
Fonte: INE.

Também no mês de janeiro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações caiu 2%, um valor inferior ao crescimento de 7,6% registado no 4.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 3,9% (-2.3p.p. face ao 4.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 9,3%, valor em linha com o crescimento de 9,1% no mercado extracomunitário (5,2% e -3,1% no trimestre terminado em dezembro respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se situe atualmente em 81,0% (86,6% em igual período de 2012).

Por seu lado, nos meses de janeiro e fevereiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram substancialmente menos negativas quando comparadas com os três meses anteriores.

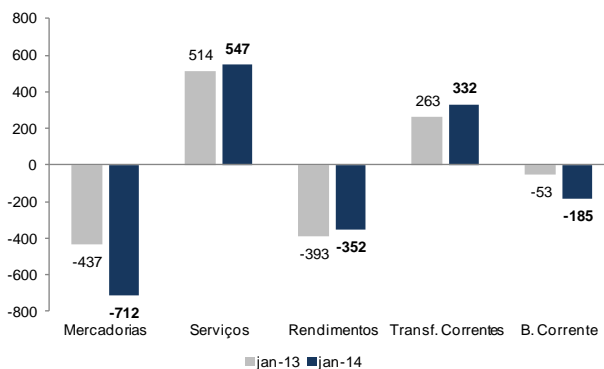
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em janeiro de 2014, o deficit da balança corrente foi de 185 milhões de euros, o que representa um agravamento de 132 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos excetuando a balança de bens que piorou 275 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento da economia portuguesa de 158 milhões de euros (um saldo inferior ao excedente de 12 milhões de euros registado em janeiro de 2013).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013				2014
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	5.4	0.2	0.7	7.4	7.2	9.4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	0.9	-1.6	-4.4	5.2	5.5	5.2	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	1.1	-0.6	1.1	1.6	0.6	1.2	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	2.0	3.4	0.5	3.0	0.3	4.3	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	4.7	1.9	0.1	6.2	5.8	6.6	4.6	6.8	9.0	2.3	0.0
Entradas de mercadorias	VH nom	"	0.8	-0.6	-6.2	2.8	3.6	3.1	3.9	1.8	3.4	9.3	0.0

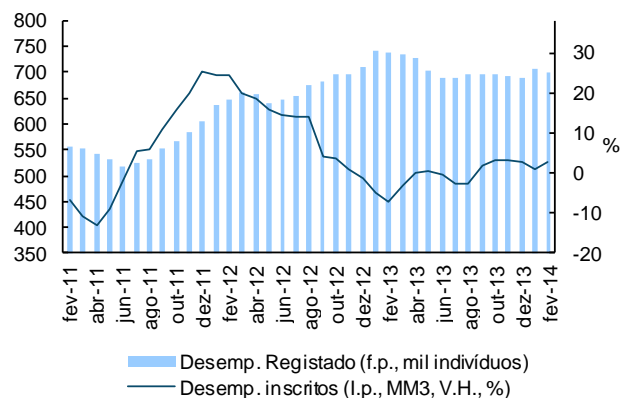
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012				2013				2014	Diferença
				4T	1T	2T	3T	4T	2013	2014	2013		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	4 293	141.1	561.8	1172.2	1864.9	694.5	538.8	4269.0	3730.3	3730.3	
Saldo Balança de Bens	"	"	-7 080	-2321.5	-1451.4	-1494.5	-2142.4	-1991.6	-8835.4	-7115.6	1719.8	1719.8	
Saldo Balança de Serviços	"	"	9 925	1938.0	1591.5	2327.6	3626.6	2379.6	8687.4	9905.3	1217.9	1217.9	
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-5 925	-1287.9	-1117.0	-1874.1	-1482.6	-1451.3	-6938.1	-5903.4	1034.7	1034.7	
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	3 961	884.5	823.4	1148.9	1018.5	969.9	3754.5	3970.3	215.8	215.8	

Mercado de Trabalho

Segundo dados do IEFP, registou-se, em fevereiro de 2014, um total de 701 mil desempregados. A taxa de variação homóloga foi de -5,2%, 0,5p.p. abaixo do valor de janeiro.

Ainda durante o mês de fevereiro, a variação homóloga do número de desempregados inscritos ao longo do período foi de 2,9%, mais 3,3p.p. do que em janeiro.

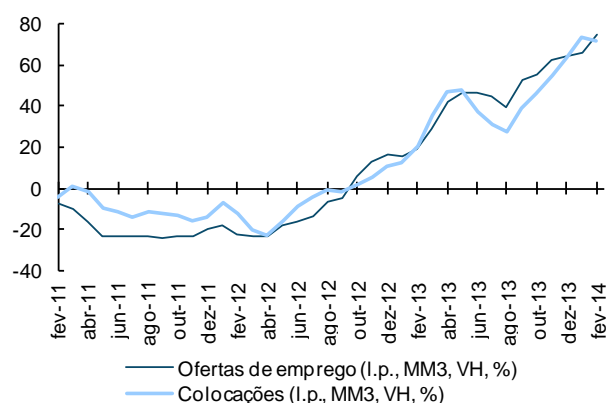
Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego, recebidas no decurso do mês de fevereiro, aumentou 76% face ao mês homólogo de 2013. No fim do mês existiam 18,8 mil ofertas de emprego nos centros de emprego, mais 7,9 mil do que um ano antes.

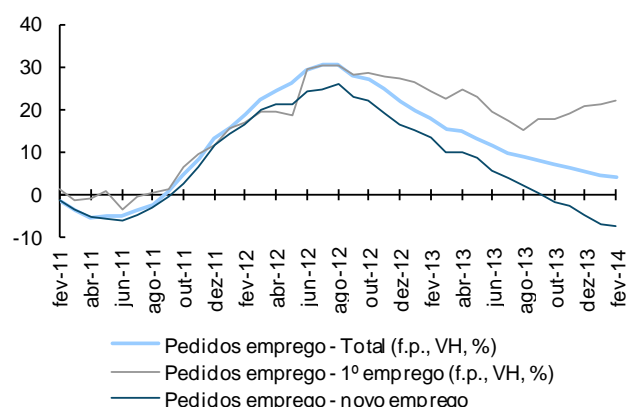
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As colocações tiveram um crescimento homólogo na ordem dos 56% em fevereiro (26,3p.p. abaixo do verificado no mês anterior).

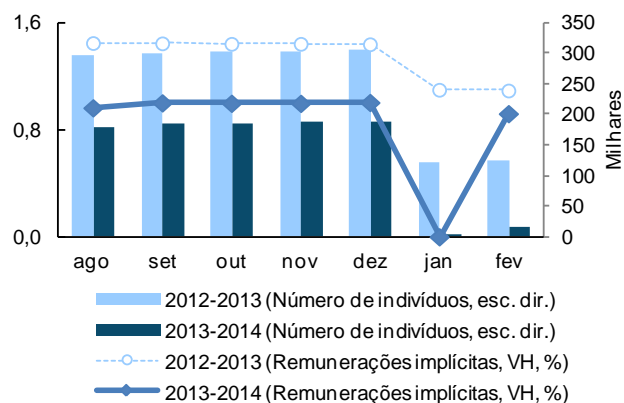
Figura 2.15. Pedidos de Emprego



Fonte: IEFP.

Relativamente aos pedidos de emprego, nota-se uma acentuação da tendência recente, registando-se uma desaceleração no caso dos pedidos de primeiro emprego, mas uma aceleração no caso dos pedidos de novo emprego.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) situou-se em 15,3 mil, abaixo do registado um ano antes (cerca de 124 mil). A variação média anual da remuneração implícita convencionada pelos IRCT situou-se nos 0,9%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

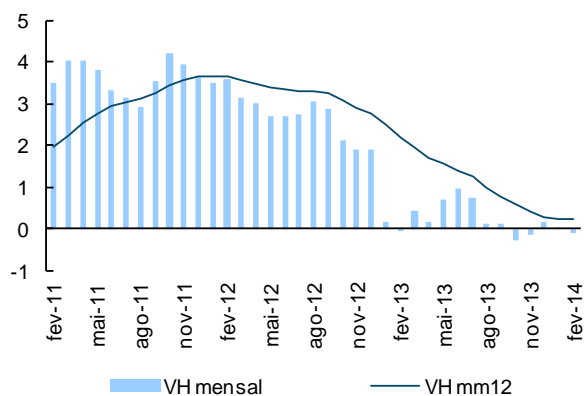
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013			2014	
				T4	T1	T2	T3	T4	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de desemprego	%	INE	16,3	16,9	17,7	16,4	15,6	15,3	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,6	-4,3	-4,9	-3,9	-2,2	0,7	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-2,8	17,4	11,0	6,8	2,0	-2,8	0,0	-0,8	-2,8	-4,7	-5,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	0,3	-1,3	-3,2	-0,5	1,9	2,8	4,7	-2,1	6,7	-0,4	2,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	49,1	16,2	28,6	47,0	53,1	64,3	61,9	52,8	84,1	67,3	76,0
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,0	1,4	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,9
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,2	-7,3	-2,4	1,6	0,3	-0,3	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	1,4	2,2	2,1	1,2	1,1	1,1	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

De acordo com os dados do INE, no mês de fevereiro, a taxa de variação homóloga do IPC foi de -0,1%, 0,2p.p. abaixo do registado em janeiro. Esta evolução, contudo, não teve impacto na variação média dos últimos 12 meses, que permaneceu inalterada nos 0,3%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

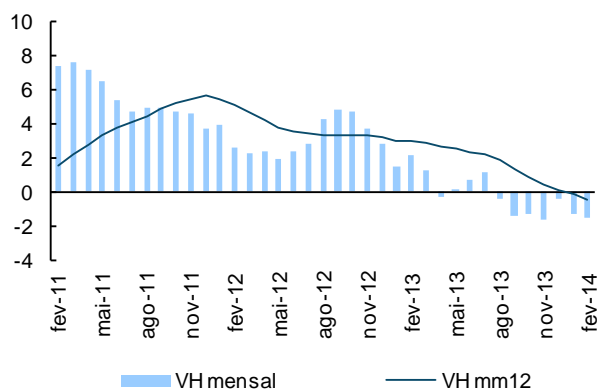
Os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em fevereiro, variações homólogas de -0,8% e 0,9%, respetivamente, acentuando as tendências do mês anterior.

O IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, cresceu face ao período homólogo em 0,1%, um valor idêntico ao registado um mês antes. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em -0,2p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as que registaram maiores quebras foram as categorias de Vestuário e Calçado (-2,3%) e Transportes (-1,9). Em sentido oposto situam-se as Bebidas Alcoólicas e Tabaco (3,7%) e Comunicações (2,5%).

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em fevereiro, uma variação homóloga de -1,5%, 0,2p.p. abaixo do valor registado um mês antes.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuíram as quebras registadas ao nível das Indústrias Transformadoras (2,4%) e Indústrias Extrativas (0,7%).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em Portugal, no mês de fevereiro de 2014, foi de -0,1%, um valor 0,2p.p. abaixo do registado no mês anterior. Já a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,7%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,8p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

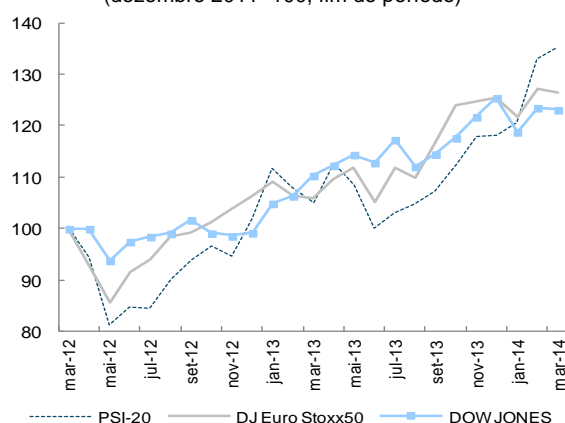
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013						2014		
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	-0,2	-0,7	0,6	0,0	-0,2	0,4	-1,4	-0,3
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,3	1,0	0,8	0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,2	0,1	-0,1
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	1,3	1,4	1,3	1,0	0,8	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3
IPC - Bens	VH	"	0,0	1,0	0,6	-0,4	-0,1	-0,5	-0,2	0,0	-0,4	-0,8
IPC - Serviços	"	"	0,7	1,0	0,9	0,8	0,4	0,2	-0,1	0,4	0,8	0,9
IPC Subjacente*	"	"	0,2	0,6	0,5	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	0,1	0,7	1,2	-0,4	-1,3	-1,2	-1,6	-0,4	-1,3	-1,5
IHPC	"	"	0,4	1,2	0,8	0,2	0,3	0,0	0,1	0,2	0,1	-0,1
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	-0,9	-0,5	-0,6	-0,7	-0,8	-0,8	-0,9	-0,9	-0,8	-0,8

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, assistiu-se a uma evolução menos favorável dos índices bolsistas internacionais, influenciada pela turbulência em diversas economias dos mercados emergentes e por tensões geopolíticas, nomeadamente em torno da crise na Ucrânia. Em março de 2014 e, no dia 26, face ao final do mês de fevereiro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* depreciaram-se ligeiramente, interrompendo a evolução positiva registada em fevereiro.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2011=100, fim do período)

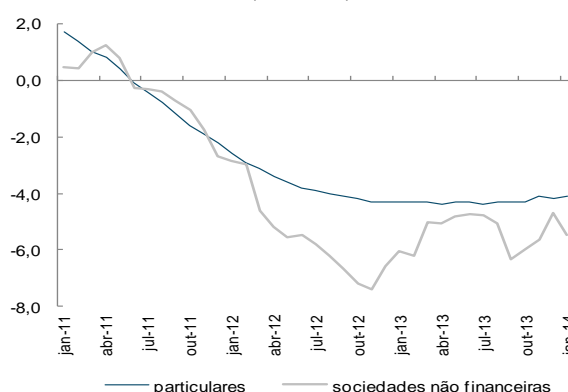


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para março o valor é do dia 26.

Contrariando a evolução dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 continuou a valorizar-se, decorrente de perspetivas mais favoráveis acerca da recuperação da economia portuguesa e de melhoria de condições de financiamento externo. De facto, em março de 2014 e, no dia 26, o índice PSI-20 subiu 1,7% face ao final do mês de fevereiro e de 14% em relação ao final do ano de 2013.

Em janeiro de 2014, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro deteriorou-se, tendo apresentado uma variação negativa de 4,7% em termos anuais (-4,4% em dezembro de 2013). Este agravamento deu-se devido à evolução do crédito atribuído às empresas não financeiras, o qual registou, em janeiro, uma quebra mais acentuada do que no mês precedente.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

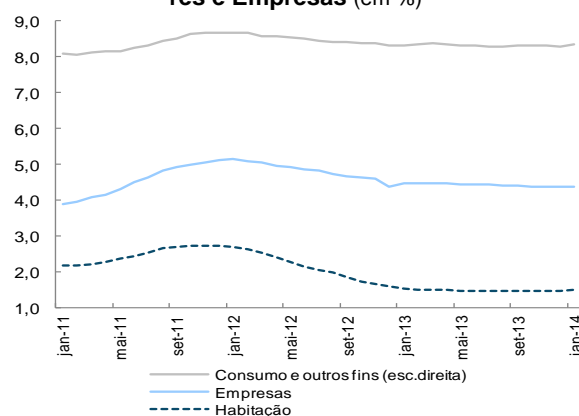


Fonte: Banco de Portugal.

Pelo contrário, o crédito destinado aos particulares teve uma melhoria ténue no início do ano, de -4,2% em dezembro de 2013 para -4,1% em janeiro de 2014, em resultado de uma variação menos negativa do crédito ao consumo; já que o crédito destinado à habitação e para outros fins estabilizou.

As taxas de juro das operações do crédito subiram levemente tanto para as empresas como para os particulares, com destaque para uma subida mais pronunciada para o crédito ao consumo.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

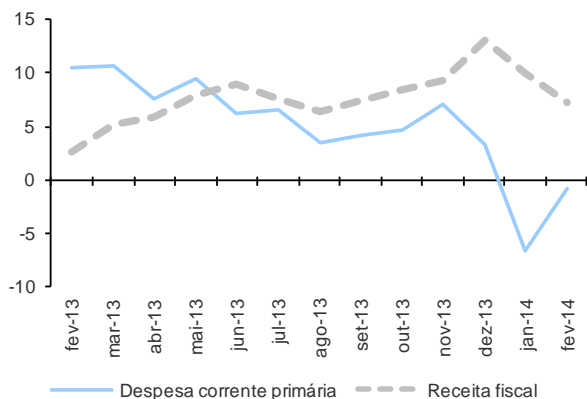
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013								2014	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	5,8	7,3	6,4	6,5	6,5	6,1	5,8	5,8	5,0	4,8	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	386	563	475	460	474	438	410	386	333	321	
PSI 20*	VC	CMVM	16,0	-7,7	3,0	1,5	2,5	4,9	4,7	0,3	2,1	10,2	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,8	-3,8	-3,9	-3,8	-3,9	-3,9	-3,8	-3,8	-3,8	:	
- para consumo	va**	"	-7,2	-8,6	-8,8	-8,0	-7,8	-7,9	-7,3	-7,2	-6,4	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-4,7	-4,7	-4,8	-5,1	-6,3	-5,9	-5,6	-4,7	-5,5	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,47	1,46	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,49	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	4,37	4,45	4,42	4,39	4,39	4,39	4,37	4,37	4,38	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em fevereiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 579,1M€, o que representa uma melhoria de 289,1M€ face ao período homólogo. O saldo primário foi de 112,3M€, que compara com um défice primário de 418,2M€ no ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



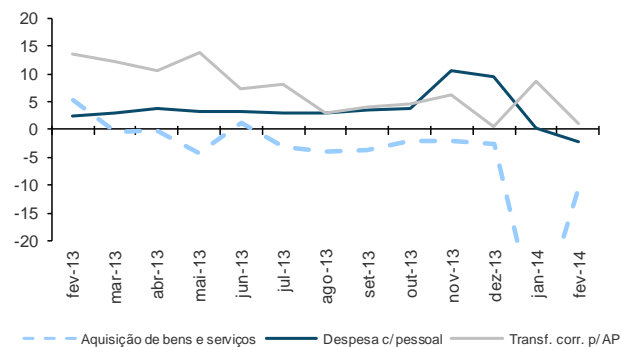
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2013, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 7,2%, justificado pela evolução do IRC (17,7%), IRS (14,7%) do IVA (3,6%), do imposto sobre veículos (33,4%) e do imposto único de circulação (18,1%). O aumento da receita fiscal reflete a evolução da economia e o aumento da eficácia em resultado da implementação das novas medidas de combate à fraude e evasão fiscal, nomeadamente o reforço do controlo das retenções na fonte de IRS. A receita não fiscal manteve-se em linha com o valor do ano anterior, sendo de referir o aumento das outras receitas correntes, da receita de juros e da outra receita de capital; e

- um aumento da despesa total em 2% e uma diminuição da despesa primária em 1,4%. Este comportamento resulta, essencialmente, da evolução positiva dos juros e outros encargos da dívida pública em 53,7%, das transferências correntes (1,4%) e dos subsídios (261,5%), que resulta da aplicação de medidas no âmbito da política de emprego e formação profissional. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das outras despesas correntes (-68,9%), das transferências de capital (-178%), da despesa com pessoal (-2,2%), espelhando os efeitos originados pela redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014 e da despesa com a aquisição de bens e serviços, justificada pelo reforço dos adiantamentos dos contratos programas EPE na área da saúde e do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça e sendo este efeito parcialmente compensado pelo efeito base de 2013 relativo à antecipação de pagamentos de despesas do Regime Convencionado pela ADSE.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa do Estado com ativos financeiros em janeiro atingiu 276,4M€, dos quais 272,5M€ dizem respeito a operações de dotação de capital e o remanescente a empréstimos de médio e longo prazo e a execução de garantias.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2013		2014		2014			
	jan a fev		jan a fev		nov	dez	jan	fev
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	6436	6870	16,1	16,9	1,7	3,3	8,7	6,7
Receita corrente	6317	6763	16,0	16,9	9,9	13,3	10,0	7,1
Impostos diretos	2127	2439	12,9	14,2	21,7	27,6	19,7	14,7
Impostos indiretos	3685	3792	20,0	20,3	0,6	2,4	3,0	2,9
Despesa Total	7304	7449	14,9	15,4	3,7	0,2	-7,4	2,0
Despesa corrente	7043	7228	14,9	15,4	5,8	2,8	-6,9	2,6
Despesa com pessoal	1411	1381	15,5	16,5	10,5	9,4	0,3	-2,2
Aquisição bens e serviços	131	116	7,9	8,5	-2,0	-2,6	-34,9	-11,2
Subsídios	2	8	0,8	3,2	-15,3	65,4	19572,6	261,5
Juros	450	691	6,6	9,6	-0,8	-0,5	-12,9	53,7
Transferências corr. p/ AP	4261	4310	16,5	16,8	6,2	0,4	8,6	1,2
Saldo Global	-868	-579	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-418	112	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as empresas públicas reclassificadas

Em fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 429,5M€ que compara com um excedente de 559,5M€ em idêntico período do ano anterior¹.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita em 3,7%, refletindo principalmente o aumento das outras receitas correntes (78,3%), das contribuições para a Segurança Social, CGA² e ADSE (15,4%), devido ao aumento da taxa da entidade empregadora, ao alargamento da base de incidência e à aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, da receita fiscal (15,4%), das taxas, multas e outras penalidades (9,3%) e da receita de capital (11,9%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo das transferências de correntes; e
- um aumento da despesa (7,8%), explicada, essencialmente, pelo crescimento da despesa com transferências correntes (4,5%), nomeadamente, o investimento (39,1%), as outras transferências correntes (4,2%), a aquisição de bens e serviços (4,2%), subsídios (114,2%), transferências de capital (52,1%), outras despesas correntes (91,6%) e com os juros da dívida pública (7,2%). Relativamente às despesas com pessoal a sua diminuição reflete os efeitos originados pela redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em fevereiro, a execução financeira consolidada³ provisória do SNS revela um défice de 40,5M€, que compara com um excedente de 62,6M€ face ao período homólogo. A execução financeira, face ao mês homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 5,7%, justificado pela redução de todas as suas componentes, com particular destaque para as transferências correntes (-5%) e as taxas moderadoras (-32,2%); e
- um aumento da despesa em 2,1%, devido sobretudo ao aumento da despesa dos produtos vendidos em farmácia (11,3%), das outras despesas (126,3%) que incluem o pagamento das compensações no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo acordo nos hospitais E.P.E. e das Parcerias público-privadas. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição da despesa com responsabilidades com as entidades públicas empresariais.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde				
	2013	2014	2013	2014	
	jan a fev		jan a fev		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)	VHA (%)	
Receita Total	1 338	1 262	16,0	15,7	-5,7
Receita fiscal	21	20	24,2	25,1	-5,2
Outra receita corrente	1 315	1 242	15,9	15,6	-5,6
Receita de capital	2	:	27,0	:	-100,0
Despesa Total	1 276	1 303	:	16,2	2,1
Despesa com pessoal	164	165	17,7	18,4	0,6
Aquisição de bens e serviços	1 108	1 125	:	15,9	1,5
Despesa de capital	1	2	5,3	3,1	45,5
Saldo Global	63	- 40	-	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2012	2013	2012	2013	2014	2012	2013	2012	2013	2014
	jan a fev		jan a fev		jan a fev	jan a fev		jan a fev		jan a fev
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	4 184	4 337	15,3	15,9	3,7	384	444	13,0	14,7	15,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	639	737	14,0	15,1	15,4	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	2 534	2 399	16,9	16,0	-5,3	107	65	12,7	7,7	-39,4
Despesa Total	3 625	3 907	12,8	14,1	7,8	506	600	12,7	13,4	18,4
Despesa com pessoal	514	510	14,5	15,2	-0,9	115	113	15,0	16,1	-1,9
Aquisição de bens e serviços	1 161	1 209	12,1	13,6	4,2	86	98	9,8	10,2	14,2
Transferências correntes	1 561	1 631	14,3	14,9	4,5	20	4	50,1	13,9	-77,5
Saldo Global	560	429	-	-	-	- 122	- 166	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

² Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

³ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

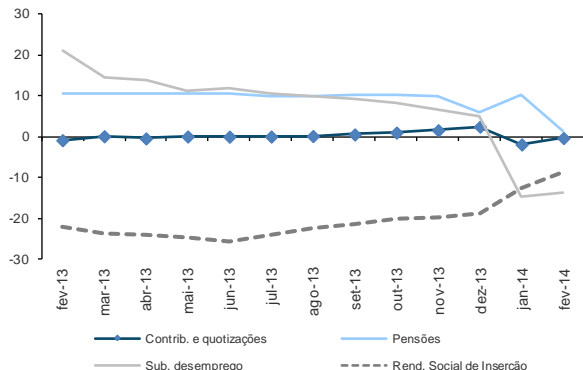
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em fevereiro, o excedente da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 94,5M€, o que representa uma melhoria de 30M€ face ao mesmo período de 2013.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao período homólogo, caracterizou-se por:

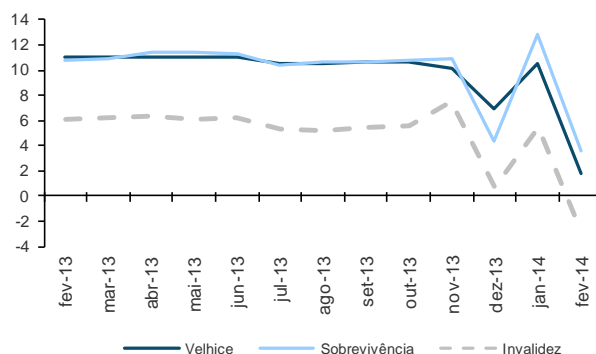
- uma ligeira diminuição da receita em 0,3%, em resultado do decréscimo das transferências do Fundo Social Europeu, contribuições e quotizações (-0,2%) e impostos indiretos (-7,5%). Em sentido contrário, registou-se um aumento das transferências do Orçamento do Estado (5,9%);
- uma ligeira diminuição da despesa em -1%, decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-13,7%), outras prestações (-17,8%), subsídio familiar a crianças e a jovens (-10%) e rendimento social de inserção (-8,7%). Em sentido inverso, constata-se um aumento das pensões (1,5%), outras despesas correntes (26,9%), ação social (2,7%) e administração (2,3%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 1,1% nas pensões de velhice, de 0,7% nas pensões de sobrevivência e de 10,8% no subsídio de doença. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 4% e de 10,7% nos subsídios de desemprego e social de desemprego.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



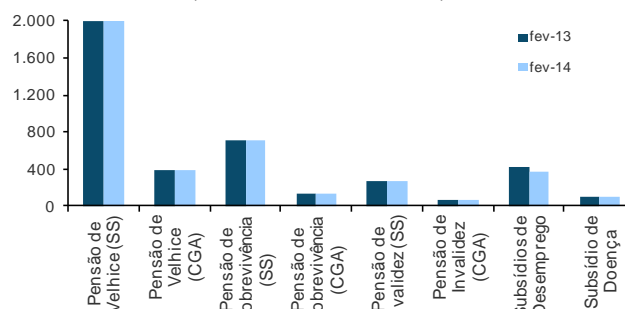
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em fevereiro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 111,6M€, mais 10,2M€ que no período homólogo. A receita total aumentou 3,4%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (16,9%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 20% para 23,75%, do alargamento da base de incidência contributiva e pelo facto de a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) ter passado a incidir sobre a totalidade das pensões e prestações pecuniárias vitalícias. A participação do Orçamento do Estado diminuiu 6,9% e as outras receitas apresentam um aumento de 106,6%. A despesa total aumentou 2,9%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do aumento do número de pensionistas. O número de beneficiários de pensões de velhice e de sobrevivência aumentaram 2,2% e 1,3%, respetivamente, as pensões de invalidez permaneceram inalteradas.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2013		2014		2013		2014			
	jan a fev		jan a fev		jan a fev		jan a fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	3987	3976	-0,3	15,7	15,7	1523	1575	3,4	16,6	16,8
Contribuições e quotizações	2272	2267	-0,2	17,0	17,0	638	737	15,4	14,0	15,1
Transferências correntes da Adm. Central *	1348	1428	5,9	15,6	16,4	871	810	-6,9	20,0	18,8
Despesa Total	3922	3882	-1,0	15,5	15,5	1422	1464	2,9	15,3	15,4
Pensões	2353	2389	1,5	15,3	15,6	1414	1438	1,7	15,3	15,2
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	92	90	-1,9	18,1	17,9	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	497	429	-13,7	17,7	15,1	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	252	259	2,7	16,4	15,9	-	-	-	-	-
Saldo Global	65	95	-	-	-	101	112	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

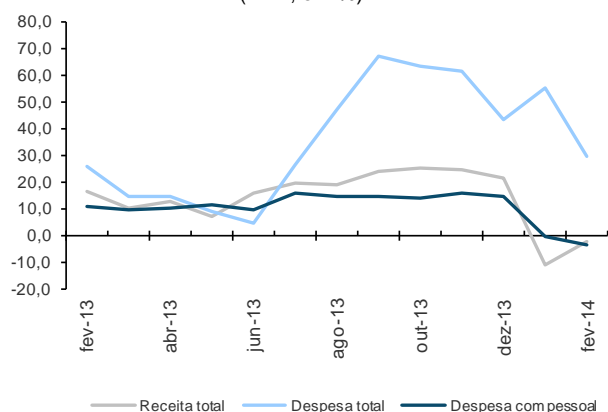
Administração Regional

Em fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 77,9M€, o que corresponde a um défice de 81,5M€ na Região Autónoma da Madeira (RAM), fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores, e a um excedente, de 3,6M€ na Região Autónoma dos Açores (RAA). Retirando-se o efeito deste pagamento de dívidas de anos anteriores, o saldo na RAM apresenta um défice de 42,4M€, situando-se o défice orçamental da Administração Regional em 38,9M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2013, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 2,1%, com comportamento antagónicos nas Regiões Autónomas (-5,4% na RAA e 1,1% na RAM). A receita corrente aumentou em 9,5% na RAA e em 5,6% na RAM, sobretudo devido ao crescimento da receita fiscal, relativamente às receitas de capital, registaram um decréscimo em ambas as Regiões Autónomas, de 19,6% na RAA e 6,8% na RAM; e
- um acréscimo da despesa total em 29,6%, que em termos correntes se traduz num acréscimo de 28,6% e traduz uma ligeira diminuição da despesa em 1,2% na RAA e um aumento de 60,3% na RAM. A despesa com capital registou um aumento de 41%, observando-se na RAM um aumento de 109,8% e na RAA um acréscimo de 27,1%.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2013	2014	2014		2013	2014	2014	
			jan a fev				jan a fev	
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita total	331	324	14,0	-2,1	844	922	13,1	9,2
Impostos	160	174	12,6	8,8	151	221	8,9	46,5
Transferências correntes	7	10	22,8	45,6	367	407	16,3	10,9
Despesa total	310	402	15,9	29,6	891	837	13,6	-6,0
Pessoal	116	111	14,5	-3,5	340	337	17,0	-0,8
Aquisição de bens e serv	40	61	16,6	53,4	237	245	14,9	3,1
Transferências correntes	98	111	27,9	13,5	61	55	12,8	-9,6
Investimento	8	8	1,9	11,8	180	137	9,3	-23,9
Saldo global	21	-78	-	-	-46	85	-	-

Fonte: DGO.

Administração Local

Em fevereiro, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da Administração Local apresentou de um excedente de 84,7M€, traduzindo uma melhoria de 131,1M€ face ao período homólogo. Este resultado é justificado pelo diferencial observado entre o crescimento da receita e a diminuição da despesa. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita total em 9,2%, em resultado do aumento da receita corrente (15,9%), influenciada pelo aumento da receita fiscal (46,5%), devido ao aumento da receita dos impostos diretos, nomeadamente do IMT e IMI, e das transferências correntes no âmbito da Lei de Finanças Locais, em 10,9%, espelhando o aumento da dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro, refletindo as alterações introduzidas pela aplicação da nova Lei das Finanças Locais; e
- uma diminuição da despesa total em 6% que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da despesa de capital (-23,5%), em particular a aquisição de bens de capital, e da despesa corrente (-0,6%), influenciada pelas transferências correntes (-9,6%) e pela despesa com o pessoal (-0,3%). No mês de janeiro foram efetuados pagamentos ao abrigo do PAEL, no montante de 18,2 M€, menos 76,5M€ que no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa demonstra um acréscimo de 2,6%.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em janeiro de 2014, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 217,3 mil M€, mais 3916M€ que no final de dezembro. Face ao mês anterior, a evolução deve-se ao aumento do *stock* da dívida da administração central em 3983M€ e da administração regional e local em 14M€. É de referir que os depósitos na administração central aumentaram 3064M€ em comparação com o mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas

(milhões de euros)

	2012 dez	2013 dez	2014 jan
Administrações Públicas	204 844	213 390	217 306
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 193	213 758	217 741
Administração Regional e Local	9 645	9 801	9 815
Segurança Social	4	2	1
Consolidação entre subsectores	9 000	10 171	10 252
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	16 586	17 299	20 363

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP

(milhões de euros)

	2013 dez	2014 jan	2014 fev
Administrações Públicas	3 809	3 867	3 961
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	333	364	431
Administração Regional	1 489	1 517	1 437
Administração Local	1 987	1 987	2 093
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, em fevereiro, aumentou 94M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao aumento da dívida da Administração Local (106M€) Central (67M€), apresentando a Administração Regional uma diminuição de 80M€.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso

(milhões de euros)

	2013 dez	2014 jan	2014 fev
Administrações Públicas	1 219	1 219	1 216
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	30	41	36
SNS	10	9	16
Empresas Públicas Reclassificadas	1	1	2
Administração Regional	661	659	653
Administração Local	517	509	509
Outras Entidades	714	776	804
Empresas públicas não reclassificadas	103	111	111
Hospitais EPE	611	665	693
Adm. Públicas e outras entidades	1 933	1 995	2 020

Fonte: DGO.

Em fevereiro, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, aumentaram 25M€ face ao mês anterior, explicada essencialmente pelo comportamento dos Hospitais E.P.E. (28M€).

Dívida Direta do Estado

No final de fevereiro, a dívida direta do Estado situava-se em 212,4 mil M€, aumentando 3710M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, à reabertura por sindicato da OT 5,65%Fev2024 (no valor nominal de 3000M€), à emissão líquida de CEDIC (322M€) e de CEDIM (1M€), de CT (167M€) e de CA (109M€). Este comportamento foi parcialmente compensado pela diminuição do *stock* de ECP (1253M€) e do *stock* de Outros instrumentos de dívida não transacionável. Foram ainda realizadas recompras parciais das OT com maturidade em 2014 e em 2015, no valor nominal de 1361M€. As variações cambiais contribuíram para o aumento do saldo da dívida em 426M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado

(milhões de euros)

	31-jan-14	fev-14			28-fev-14
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	117 880	6 051	3 291	- 215	120 425
Bilhetes do Tesouro	19 001	1 662	1 342	0	19 322
Obrigações do Tesouro	95 843	3 124	563	- 114	98 290
Não Transacionável	18 322	2 543	1 960	0	18 905
Cert. de Aforro e do Tesouro	12 479	329	54	0	12 755
CEDIC e CEDIM	5 295	2 147	1 825	0	5 618
Prog. de Ajustamento Económico	72 445	905	0	- 323	73 027
Total	208 647	9 499	5 251	- 538	212 357

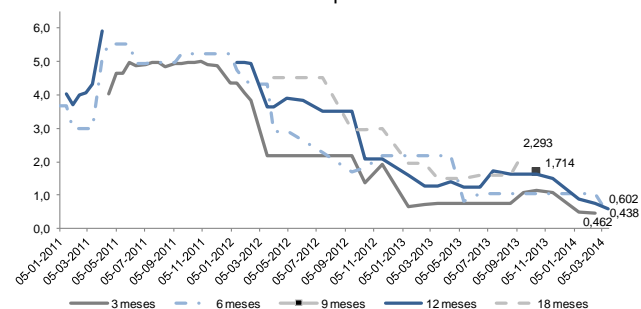
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

A 19 de março, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 320€, a 6 meses, e 930M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a seis meses foi de 0,438% (1,045% na anterior de igual maturidade) e a 1 ano foi de 0,602% (0,750% na anterior da mesma maturidade).

A descida das taxas de colocação dos BT resulta quer da evolução evidenciada nos mercados quer dos risco associado à dívida pública portuguesa desde o início de setembro.

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



Fonte: IGCP.

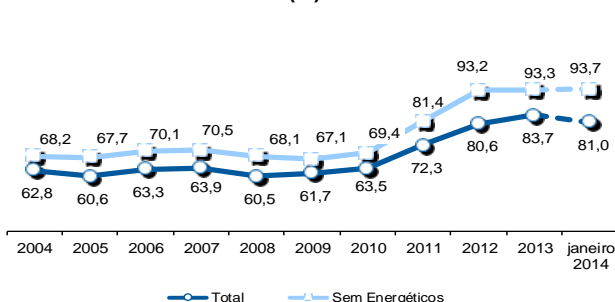
Em 18 de março foi realizado um leilão de recompra da 3,35% Out2015, no qual foi recomprado 50M€.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro mês de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 2,3% enquanto as importações aumentaram 9,3% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) aumentou 54,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 0,9% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 4,8% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2013	2014	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3 863	3 950	2,3	5,8	4,3
Importações (cif)	4 463	4 876	9,3	4,8	1,9
Saldo (fob-cif)	-600	-925	54,2	0,0	-8,4
Cobertura (fob/cif)	86,6	81,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	3 501	3 531	0,9	3,3	1,8
Importações (cif)	3 597	3 770	4,8	6,1	2,5
Saldo (fob-cif)	-96	-239	147,6	47,2	13,5
Cobertura (fob/cif)	97,3	93,7	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	1 078	1 057	-2,0	5,6	6,6
Importações (cif)	1 302	1 420	9,1	-4,9	0,7
Saldo (fob-cif)	-224	-363	62,0	-87,1	-29,9
Cobertura (fob/cif)	82,8	74,4	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº3/2014").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2014 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2014). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2014, as exportações representaram 81% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 5,6p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 93,7% das importações (-3,6p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro	2013	2014	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	3 863	3 950	2,3
Importações (cif)	4 463	4 876	9,3
Saldo (fob-cif)	- 600	- 925	54,2
Cobertura (fob/cif)	86,6	81,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	2 785	2 893	3,9
Importações (cif)	3 160	3 455	9,3
Saldo (fob-cif)	- 376	- 562	49,6
Cobertura (fob/cif)	88,1	83,7	-
Extra UE			
Exportações (fob)	1 078	1 057	-2,0
Importações (cif)	1 302	1 420	9,1
Saldo (fob-cif)	- 224	- 363	62,0
Cobertura (fob/cif)	82,8	74,4	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2014, o défice da balança comercial Intra UE acentuou-se em 49,6% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3,9% e as importações a crescerem 9,3%. O saldo da balança comercial Extra UE agravou-se em 62% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2013	2014	TVH	2013	2014	TVH
jan	4 463	4 876	9,3	3 863	3 950	2,3
fev	4 422			3 677		
mar	4 635			4 002		
abr	4 833			4 085		
mai	4 888			4 246		
jun	4 593			3 931		
jul	5 196			4 373		
ago	4 225			3 317		
set	4 857			3 925		
out	5 326			4 236		
nov	4 731			4 183		
dez	4 420			3 531		
1º Trim	13 520			11 542		
2º Trim	14 314			12 262		
3º Trim	14 278			11 615		
4º Trim	14 477			11 950		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro mês de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 2,3%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 0,9%.

Em janeiro de 2014, destaca-se o contributo positivo do “Vestuário e Calçado” (+1,6p.p.), seguido do contributo dos “Energéticos” (+1,5p.p.) e dos “Produtos Acabados Diversos” (+1p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,2%). Seguem-se os “Químicos” (12,1%).

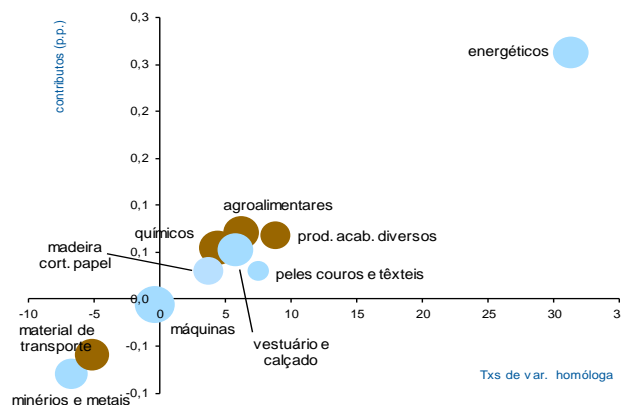
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2014.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+4,3%). Os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,6p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,7p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Químicos” e “Vestuário e Calçado” para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com 0,5p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2014
(Total: 4,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		últimos 12 meses ^[1]		janeiro	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	3 863	3 950	100,0	100,0	100,0	100,0	4,3	4,3	2,3	2,3
000 Agro-Alimentares	444	448	10,8	11,8	11,5	11,3	6,2	0,7	0,8	0,1
100 Energéticos	362	419	5,6	10,5	9,4	10,6	31,3	2,6	15,8	1,5
200 Químicos	482	477	10,7	12,6	12,5	12,1	4,4	0,5	-1,0	-0,1
300 Madeira, Cortiça e Papel	319	314	7,8	8,1	8,3	8,0	3,7	0,3	-1,6	-0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	156	174	4,4	4,2	4,0	4,4	7,5	0,3	11,1	0,5
500 Vestuário e Calçado	385	446	10,1	9,2	10,0	11,3	5,8	0,5	15,9	1,6
600 Minérios e Metais	409	385	10,6	10,5	10,6	9,7	-6,8	-0,8	-6,0	-0,6
700 Máquinas	581	562	19,3	14,7	15,0	14,2	-0,4	-0,1	-3,3	-0,5
800 Material de Transporte	431	395	12,2	10,5	11,2	10,0	-5,2	-0,6	-8,3	-0,9
900 Produtos Acabados Diversos	292	330	8,6	8,0	7,6	8,3	8,8	0,7	12,9	1,0

Por memória:

Total sem energéticos	3 501	3 531	94,4	89,5	90,6	89,4	1,8	1,6	0,9	0,8
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2014.

[2] $(\text{fev } 13\text{-jan } 14) / (\text{fev } 12\text{-jan } 13) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

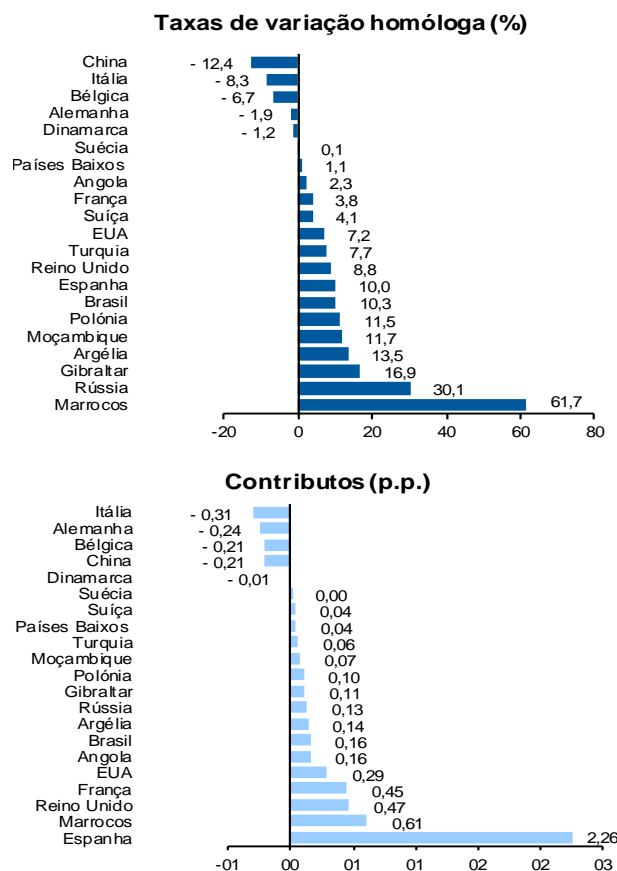
No primeiro mês de 2014, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,9%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 3,6% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 10,6%. As exportações para os países terceiros registaram um decréscimo de 2% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+2,1p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e o Reino Unido (+1,3p.p. e +0,6p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em janeiro de 2014, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 3,3% e as exportações para os países da UE-15 registaram o mesmo acréscimo. As exportações para Espanha (+2,3p.p.), Reino Unido e França (ambos com +0,5p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Marrocos (+61,7%), Argélia (+13,5%) e Moçambique (+11,7%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Venezuela (-36,1%) e China (-12,4%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2014



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)						Valores em milhões de Euros			
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	2013	2014	anual		janeiro		12 meses [1]		janeiro	
			2008	2013	2013	2014	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	3 863	3 950	100,0	100,0	100,0	100,0	4,3	4,3	2,3	2,3
Intra UE	2 785	2 893	74,5	70,3	72,1	73,2	3,3	2,4	3,9	2,8
dos quais:										
UE-15	2 663	2 759	71,6	67,1	68,9	69,8	3,3	2,2	3,6	2,5
Espanha	905	987	27,9	23,6	23,4	25,0	10,0	2,3	9,1	2,1
Alemanha	471	454	12,8	11,6	12,2	11,5	-1,9	-0,2	-3,6	-0,4
França	466	517	11,8	11,6	12,1	13,1	3,8	0,5	10,9	1,3
R.Unido	210	232	5,5	5,5	5,4	5,9	8,8	0,5	10,6	0,6
P. Baixos	171	182	3,3	4,0	4,4	4,6	1,1	0,0	6,5	0,3
Itália	143	126	3,7	3,3	3,7	3,2	-8,3	-0,3	-11,5	-0,4
Bélgica	123	101	2,5	2,9	3,2	2,6	-6,7	-0,2	-17,6	-0,6
Suécia	32	38	1,2	0,9	0,8	1,0	0,1	0,0	19,8	0,2
Dinamarca	30	27	0,7	0,7	0,8	0,7	-1,2	0,0	-10,3	-0,1
Alargamento	121	134	2,8	3,2	3,1	3,4	4,9	0,2	10,6	0,3
Polónia	33	41	0,8	0,9	0,9	1,0	11,5	0,1	23,4	0,2
Extra UE	1 078	1 057	25,5	29,7	27,9	26,8	6,6	1,9	-2,0	-0,5
dos quais:										
Angola	233	241	5,8	6,6	6,0	6,1	2,3	0,2	3,4	0,2
EUA	184	176	3,4	4,2	4,8	4,5	7,2	0,3	-4,2	-0,2
China	48	51	0,5	1,4	1,2	1,3	-12,4	-0,2	7,3	0,1
Brasil	61	48	0,8	1,6	1,6	1,2	10,3	0,2	-21,7	-0,3
Marrocos	42	40	0,7	1,5	1,1	1,0	61,7	0,6	-5,8	-0,1
Argélia	56	49	0,5	1,1	1,4	1,2	13,5	0,1	-11,8	-0,2
Suíça	34	36	0,8	0,9	0,9	0,9	4,1	0,0	4,3	0,0
Turquia	27	38	0,6	0,8	0,7	1,0	7,7	0,1	40,5	0,3
Venezuela	13	12	0,1	0,4	0,3	0,3	-36,1	-0,2	-6,4	0,0
Moçambique	27	18	0,2	0,7	0,7	0,5	11,7	0,1	-34,8	-0,2
Por memória:										
Gibraltar	9	23	0,1	0,7	0,2	0,6	16,9	0,1	15,7	0,4
PALOP	294	287	6,9	7,9	7,6	7,3	2,2	0,2	-2,3	0,0
EFTA	46	45	1,1	1,1	1,2	1,1	3,7	0,0	-2,3	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2014.

[2] (fev 13-jan 14)/(fev 12-jan 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

Em janeiro de 2014, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 9,3% (Quadro 3.6).

Os produtos “Energéticos”, foram o principal motor do crescimento das importações totais neste período, com um contributo positivo de 5,4p.p..

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,9%).

No primeiro mês de 2014, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 9,3%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 9%. As importações com origem nos países do Alargamento cresceram 19,5%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros aumentaram 9,1%, em termos homólogos. O Azerbaijão foi o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias neste período (3,6% do total). Seguem-se Angola (3,5%) e a China (2,9%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	4 463	4 876	100,0	100,0	100,0	100,0	1,9	1,9	9,3	9,3
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	701	711	12,9	16,1	15,7	14,6	3,5	0,6	14	0,2
100-Energéticos	865	1 105	16,1	19,6	19,4	22,7	-0,5	-0,1	27,8	5,4
200-Químicos	766	772	13,2	16,2	17,2	15,8	-0,4	-0,1	0,8	0,1
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	213	213	4,3	4,6	4,8	4,4	8,3	0,4	0,1	0,0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	308	346	6,1	6,8	6,9	7,1	7,6	0,5	12,3	0,9
500-Minérios e Metais	372	380	9,9	8,3	8,3	7,8	1,5	0,1	2,0	0,2
600-Máquinas [4]	682	680	19,8	14,5	15,3	13,9	-1,3	-0,2	-0,2	0,0
700-Material de Transporte [5]	337	438	12,2	8,7	7,6	9,0	7,4	0,6	30,0	2,3
800-Prod. Acabados Diversos	218	229	5,5	5,2	4,9	4,7	2,5	0,1	5,0	0,2
Total sem energéticos	3 597	3 770	83,9	80,4	80,6	77,3	2,5	2,0	4,8	3,9
Mercados de origem										
Intra UE	3 160	3 455	74,8	72,2	70,8	70,9	2,4	1,7	9,3	6,6
dos quais:										
UE-15	3 054	3 328	72,8	69,5	68,4	68,3	2,4	1,6	9,0	6,1
Espanha	1415	1509	30,8	32,4	31,7	31,0	2,6	0,8	6,7	2,1
Alemanha	540	580	13,4	11,4	12,1	11,9	1,4	0,2	7,4	0,9
França	295	356	8,1	6,8	6,6	7,3	5,4	0,4	20,6	1,4
Itália	211	221	5,4	5,2	4,7	4,5	-0,6	0,0	4,8	0,2
Países Baixos	203	240	4,7	4,9	4,6	4,9	5,3	0,3	18,0	0,8
Reino Unido	131	129	3,3	2,9	2,9	2,7	-1,2	0,0	-1,2	0,0
Bélgica	107	116	2,9	2,5	2,4	2,4	2,0	0,1	8,3	0,2
Suécia	42	50	1,1	1,0	1,0	1,0	2,8	0,0	18,9	0,2
Irlanda	37	43	0,9	1,0	0,8	0,9	0,2	0,0	16,4	0,1
Alargamento	106	127	2,0	2,7	2,4	2,6	2,4	0,1	19,5	0,5
Extra UE	1 302	1 420	25,2	27,8	29,2	29,1	0,7	0,2	9,1	2,6
dos quais:										
Angola	263	173	0,6	4,7	5,9	3,5	34,8	1,2	-34,3	-2,0
China	132	143	2,1	2,4	3,0	2,9	-0,5	0,0	8,1	0,2
Brasil	56	33	2,1	1,5	1,3	0,7	-37,0	-0,8	-41,5	-0,5
EUA	95	80	1,6	1,5	2,1	1,6	-17,0	-0,3	-15,9	-0,3
Nigéria	2	1	2,7	1,3	0,0	0,0	-15,6	-0,2	-60,5	0,0
Arábia Saudita	63	49	1,0	1,2	1,4	1,0	-19,9	-0,3	-22,1	-0,3
Argélia	7	59	1,1	0,7	0,2	1,2	-36,5	-0,5	749,1	1,2
Cazaquistão	50	103	0,6	1,0	1,1	2,1	-16,0	-0,2	107,0	1,2
Azerbaijão	0	174	0,1	0,8	0,0	3,6	21,1	0,2	0,0	0,0
Guiné Equatorial	0	0	0,4	0,3	0,0	0,0	-54,9	-0,4	175,9	0,0
Rússia	53	46	0,6	1,8	1,2	0,9	101,3	0,9	-13,9	-0,2
Líbia	0	0	1,5	0,2	0,0	0,0	-73,9	-0,5	0,0	0,0
Camarões	83	82	0,0	1,4	1,9	1,7	110,4	0,8	-0,2	0,0
OPEP ^[6]	421	286	8,5	8,9	9,4	5,9	-6,0	-0,6	-319	-3,0
EFTA	35	25	1,7	0,7	0,8	0,5	-17,8	-0,2	-29,8	-0,2
PALOP	265	175	0,7	4,8	5,9	3,6	36,9	1,3	-33,8	-2,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2014.

[2] (fev 13-jan 14)/(fev 12-jan 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

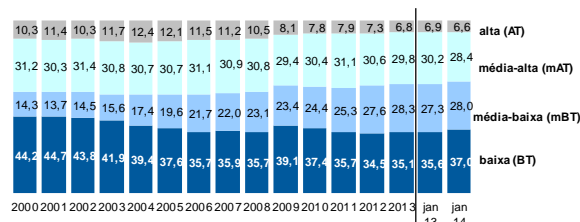
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

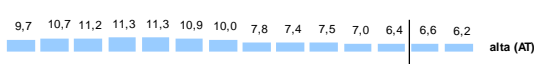
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No primeiro mês de 2014, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 1,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representam mais de metade do total das exportações destes produtos (56,4%), mas foram os produtos de baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+5,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

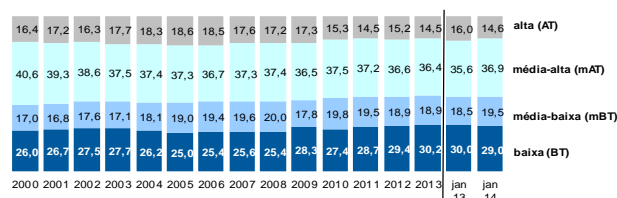
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa e média baixa tecnologia contribuíram positivamente para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+1,8p.p. e +1p.p., respetivamente).

As exportações dos produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica contribuíram negativamente (-1,4p.p. e -0,2p.p. respetivamente) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 8,5%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para este acréscimo (4,4p.p. e 2,7p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2013	janeiro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2013	2014	média 2008-13	2013-12	janeiro 2014-13	2012	2013	janeiro		2013	janeiro 2014
									2013	2014		
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	44 729	3 664	3 712	4,1	4,6	1,3	100,0	100,0	100,0	100,0	4,6	1,3
Alta tecnologia	3 056	253	247	-4,5	-2,1	-2,6	7,3	6,8	6,9	6,6	-0,2	-0,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 868	242	228	-4,6	-3,7	-5,6	7,0	6,4	6,6	6,2	-0,3	-0,4
Média-alta tecnologia	13 317	1 105	1 054	3,4	1,8	-4,7	30,6	29,8	30,2	28,4	0,6	-1,4
Média-baixa tecnologia	12 656	1 001	1 039	8,4	7,2	3,8	27,6	28,3	27,3	28,0	2,0	1,0
Baixa tecnologia	15 700	1 305	1 372	3,7	6,3	5,2	34,5	35,1	35,6	37,0	2,2	1,8
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	47 369	3 863	3 950	4,0	4,7	2,3	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	2,3
Residual ^[3]	2 640	199	239	3,8	6,1	20,2	5,5	5,6	5,1	6,0	0,3	1,0
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	43 474	3 400	3 688	-3,6	1,7	8,5	100,0	100,0	100,0	100,0	1,7	8,5
Alta tecnologia	6 311	543	539	-6,8	-2,9	-0,6	15,2	14,5	16,0	14,6	-0,4	-0,1
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	5 911	523	493	-6,4	-4,0	-5,6	14,5	13,7	15,5	13,5	-0,6	-0,9
Média-alta tecnologia	15 813	1 209	1 360	-4,1	1,2	12,5	36,6	36,4	35,6	36,9	0,4	4,4
Média-baixa tecnologia	8 208	628	720	-4,6	1,8	14,6	18,9	18,9	18,5	19,5	0,3	2,7
Baixa tecnologia	13 142	1 019	1 068	-0,2	4,6	4,8	29,4	30,2	30,0	29,0	1,4	1,4
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	56 589	4 463	4 876	-2,5	0,8	9,3	100,0	100,0	100,0	100,0	0,8	9,3
Residual ^[3]	13 114	1 063	1 187	1,7	-2,3	11,7	23,9	23,2	23,8	24,3	-0,6	2,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com o rigem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

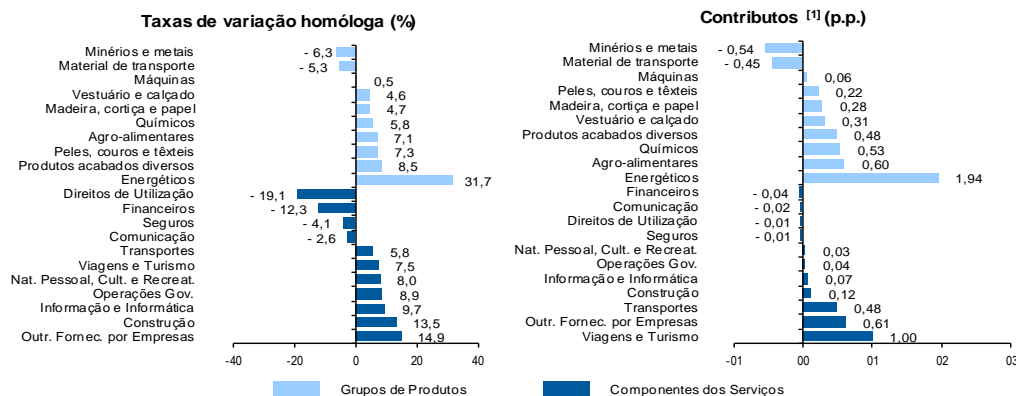
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de dezembro de 2013, no ano de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,7%. A componente de Bens contribuiu positivamente (3,4p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

No ano de 2013, a componente dos Serviços representou 30,1% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,3p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,3% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (1,1%) em 0,4p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços em 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

Em 2013, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,94p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,6p.p.). Na componente dos serviços, destaca-se o contributo da rubrica de Viagens e Turismo (+1p.p.) seguida de Outros Fornecimentos por Empresas (+0,61p.p.). Esta última ultrapassa agora a tradicional rubrica de Transportes (+0,48p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em dezembro de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x P (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (5,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2012	2013	Anual		jan-dez		média anual 07-12	12 meses ^[1]		jan-dez	
			2007	2012	2012	2013		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	64 535	68 218	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	5,7	5,7	5,7	5,7
Bens	45 437	47 653	69,4	70,4	70,4	69,9	3,4	4,9	3,4	4,9	3,4
Serviços	19 098	20 565	30,6	29,6	29,6	30,1	2,4	7,7	2,3	7,7	2,3
Transportes	5 395	5 707	7,7	8,4	8,4	8,4	4,7	5,8	0,5	5,8	0,5
Viagens e Turismo	8 606	9 250	13,3	13,3	13,3	13,6	3,1	7,5	1,0	7,5	1,0
Comunicação	510	497	1,0	0,8	0,8	0,7	-1,4	-2,6	0,0	-2,6	0,0
Construção	563	638	1,1	0,9	0,9	0,9	-1,4	13,5	0,1	13,5	0,1
Seguros	99	95	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	-4,1	0,0	-4,1	0,0
Financeiros	233	204	0,4	0,4	0,4	0,3	-0,4	-12,3	0,0	-12,3	0,0
Informação e Informática	469	514	0,4	0,7	0,7	0,8	15,0	9,7	0,1	9,7	0,1
Direitos de Utilização	36	29	0,1	0,1	0,1	0,0	-10,2	-19,1	0,0	-19,1	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 652	3 048	5,6	4,1	4,1	4,5	-3,3	14,9	0,6	14,9	0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	277	299	0,3	0,4	0,4	0,4	7,9	8,0	0,0	8,0	0,0
Operações Governamentais	260	283	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	8,9	0,0	8,9	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	64 683	65 373	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,0	1,1	1,1	1,1	1,1
Bens	54 272	54 733	84,7	83,9	83,9	83,7	-1,2	0,8	0,7	0,8	0,7
Serviços	10 411	10 639	15,3	16,1	16,1	16,3	0,0	2,2	0,4	2,2	0,4
Transportes	3 262	3 394	4,9	5,0	5,0	5,2	-0,3	4,0	0,2	4,0	0,2
Viagens e Turismo	2 946	3 120	4,2	4,6	4,6	4,8	0,5	5,9	0,3	5,9	0,3
Comunicação	414	425	0,7	0,6	0,6	0,6	-3,6	2,5	0,0	2,5	0,0
Construção	103	124	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	20,7	0,0	20,7	0,0
Seguros	246	238	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	-3,1	0,0	-3,1	0,0
Financeiros	423	285	0,3	0,7	0,7	0,4	16,0	-32,5	-0,2	-32,5	-0,2
Informação e Informática	368	426	0,4	0,6	0,6	0,7	4,7	15,9	0,1	15,9	0,1
Direitos de Utilização	352	332	0,5	0,5	0,5	0,5	1,4	-5,9	0,0	-5,9	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1 695	1 756	3,0	2,6	2,6	2,7	-3,6	3,6	0,1	3,6	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	499	452	0,5	0,8	0,8	0,7	6,0	-9,5	-0,1	-9,5	-0,1
Operações Governamentais	102	89	0,3	0,2	0,2	0,1	-13,1	-13,0	0,0	-13,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até dezembro de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Evolução Recente do Comércio Internacional no Sector Automóvel (2009 a 2013)¹

Walter Anatole Marques ²

1 – Nota Introdutória

O comércio internacional português no sector automóvel tem um peso importante nas exportações, sucessiva e moderadamente decrescente ao longo dos últimos três anos (de 17,6% do total em 2011, para 15,9% e 14,2% nos dois anos seguintes). Significativo também é o seu peso na estrutura das importações (11,9% em 2011, 9,5% e 9,8% nos anos seguintes).

Neste trabalho, para além dos produtos integrados no capítulo 87 da Nomenclatura Combinada (Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios), foram incluídos também componentes desta indústria dispersos por outros capítulos, como motores, dispositivos elétricos, assentos, pneus e muitos outros, que não sendo exaustivos por limitação imposta pelos descritivos da NC, complementam de forma sensível aquele capítulo específico.

2 – Balança Comercial

A Balança Comercial portuguesa de veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes, acessórios e componentes diversos, é favorável desde 2011 (desde 2012 se considerarmos apenas o específico Cap.º 87). Após uma descida acentuada das importações em 2012 face ao ano anterior (-1,7 mil milhões de Euros), seguiu-se alguma recuperação em 2013 (+206 milhões de Euros). Por sua vez, as exportações acusaram quebras sucessivas nesses dois anos (-343 e -444 milhões de Euros respetivamente) (Figura 1).

Figura 1 – Balança Comercial de veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes, acessórios e componentes diversos [1] - 2009 a 2013 -

	<i>milhões de Euros</i>				
	2009	2010	2011	2012	2013
Importação (Cif)	6 049	7 712	7 073	5 342	5 558
<i>t.v.h.</i>	-	27.5	-8.3	-24.5	4.1
Exportação (Fob)	5 135	6 272	7 524	7 181	6 737
<i>t.v.h.</i>	-	22.1	20.0	-4.6	-6.2
Saldo (Fob-Cif)	-914	-1 440	451	1 839	1 179
<i>t.v.h.</i>	-	57.6	-131.3	307.7	-35.9
Cobertura (Fob/Cif)	84.9	81.3	106.4	134.4	121.2
Por memória:					
<i>% total Importação</i>	11.8	13.2	11.9	9.5	9.8
<i>% total exportação</i>	16.2	16.8	17.6	15.9	14.2

[1] Inclui o Capº 87 e componentes diversos de outros capítulos.

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

¹ Última atualização em 10-fev-2014.

² Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

3 – Principais Produtos Exportados

O conjunto dos veículos automóveis de passageiros e uso misto e de mercadorias representou 39,3% do total das exportações do sector em 2012 e 37,3% em 2013, contribuindo os primeiros com cerca de três vezes o valor dos segundos. De 2012 para 2013 registou-se uma quebra nas exportações destes veículos, respetivamente de -239 e -68 milhões de Euros (*Figura 2*).

Figura 2 – Exportação de automóveis e outros veículos terrestres, suas partes, acessórios e componentes diversos - valores e quantidades (tons) -

NC		milhões de Euros			1000 tons		
		2012	2013	↕	2012	2013	↕
Veíc. de passageiros e de mercadorias:							
8703	Passageiros e uso misto	2 086	1 847	↘	199.8	179.0	↘
8704	Transporte de mercadorias	733	665	↘	123.8	101.8	↘
Partes e acessórios:							
870899	Para ind. montagem e aço estamp.	576	635	↗	144.6	153.5	↗
870892	Tubos de escape e partes	247	252	↗	18.0	19.0	↗
870840	Caixas velocidades e partes	247	236	↘	33.5	33.5	↔
870830	Travões, servofreios e partes	173	179	↗	28.0	31.7	↗
870895	"Airbags" e partes	177	164	↘	8.9	13.9	↗
870894	Volantes, caixas direcção e partes	96	102	↗	5.0	6.8	↗
Componentes eléctricos:							
854430	Cablagens	127	133	↗	5.4	3.9	↘
852721	Rádios c/ gravador ou reprodu. som	769	526	↘	11.8	8.3	↘
851130	Distribuidores e bobinas ignição	47	66	↗	2.0	2.6	↗
Outros componentes:							
4011	Pneus novos	842	852	↗	160.4	164.8	↗
830120	Fechaduras	117	124	↗	5.6	6.0	↗
940120	Assentos e suas partes	49	36	↘	7.5	5.8	↘
Outros veículos:							
8712	Bicicletas e triciclos	138	131	↘	13.7	14.0	↗
8716	Reboques, semi-reboques e partes	61	63	↗	23.4	27.8	↗
8714	Partes de ciclos e cadeiras de rodas	52	56	↗	5.9	6.2	↗
<i>Peso no total (%) >>></i>		<i>91.0</i>	<i>90.0</i>				

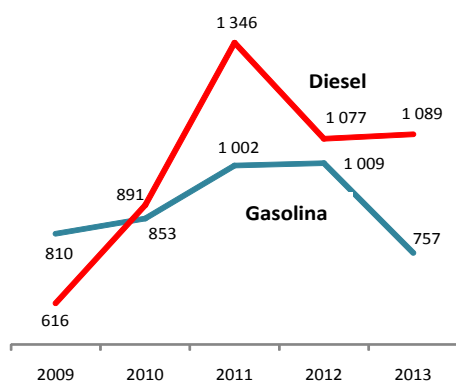
Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>) e do Eurostat para as quantidades (tons).

Em 2010 a exportação de automóveis de passageiros e mistos com motor a diesel ultrapassou a dos veículos a gasolina, atingindo um pico no ano seguinte, para decrescerem em 2012 e praticamente estabilizarem em 2013. Por sua vez as exportações de veículos a gasolina aumentaram em 2011, estabilizaram em 2012 e decresceram significativamente em 2013, mantendo-se sempre, ao longo dos três últimos anos, abaixo dos níveis das viaturas com motor a diesel (*Figura 3*).

No que se refere às partes e acessórios de veículos, aumentaram as exportações para a indústria de montagem, incluindo o aço estampado, as de tubos de escape, as de travões e servofreios e as de volantes e caixas de direcção, tendo decrescido as de caixas de velocidades e de "airbags".

Entre os componentes eléctricos, cresceram as exportações de cablagens e de distribuidores e bobinas de ignição, tendo decrescido as de rádios combinados com gravador ou reproduzidor de som.

Figura 3 - Exportações de automóveis de passageiros a gasolina e a diesel (milhões de Euros)



Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

Em componentes destaca-se o aumento das exportações de pneus novos e de fechaduras, e um decréscimo nas de assentos e suas partes.

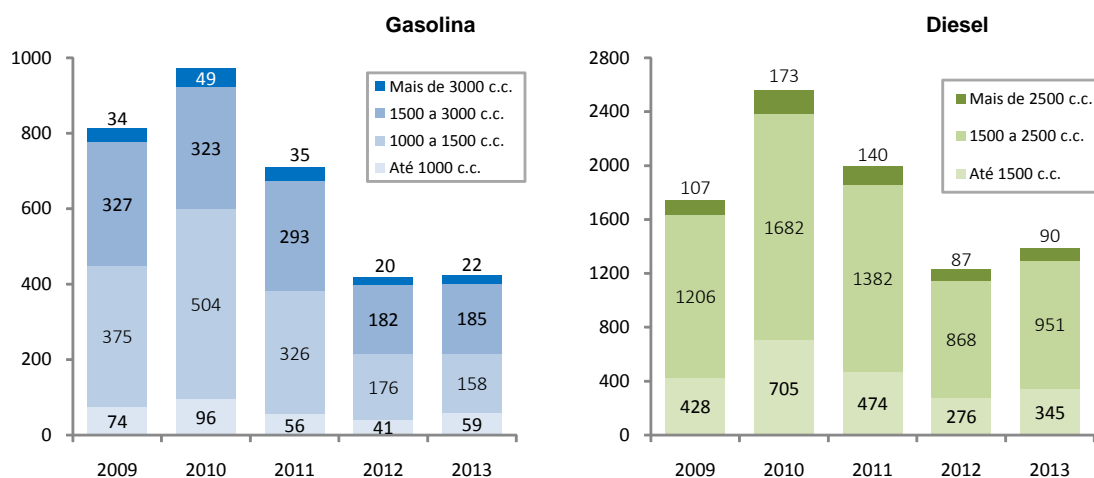
Entre outros tipos de veículos são de referir acréscimos nas exportações de reboques e semirreboques, bem como nas partes de ciclos e cadeiras de rodas, e uma contração nas de bicicletas e triciclos.

Em anexo apresenta-se um quadro mais discriminado, com o valor das exportações efetuadas de 2009 a 2013 (*Anexo 1*).

4 – Principais Produtos Importados

Também do lado da importação predominaram as aquisições de veículos de passageiros e de uso misto, com destaque para os providos de motor a diesel, e dentro destes os de cilindrada compreendida entre 1500 e 2500 c.c. (*Figura 4*).

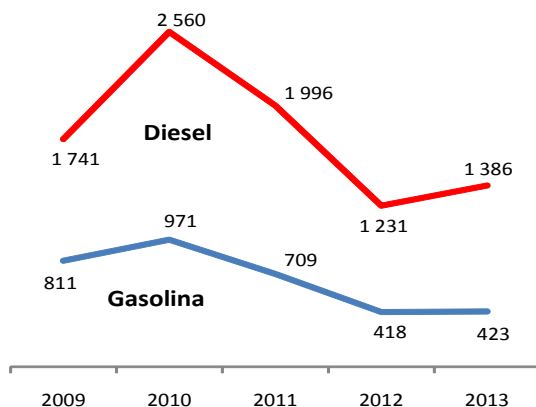
Figura 4 - Importação de automóveis de passageiros e mistos (milhões de Euros)



Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

Após um decréscimo acentuado verificado de 2010 para 2012, estas importações aumentaram em 2013, principalmente as de veículos com motor a diesel (*Figura 5*).

Figura 5 - Importações de automóveis de passageiros a gasolina e a diesel (milhões de Euros)



Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

No mesmo período aumentaram também as importações de tratores e de veículos para o transporte de mercadorias (Figura 6).

Figura 6 – Importação de automóveis e outros veículos terrestres, suas partes, acessórios e componentes diversos - valores e quantidades (tons) -

NC		milhões de Euros			1000 tons		
		2012	2013	↕	2012	2013	↕
Veíc. de passageiros, mercadorias e tratores:							
8703	Passageiros e uso misto	1 653	1 815	↗	167.6	188.2	↗
8704	Transporte de mercadorias	146	149	↗	40.8	32.5	↘
8701	Tratores	181	241	↗	49.7	41.6	↘
Partes e acessórios:							
870899	Para ind. montagem e aço estamp.	1 078	1 052	↘	125.2	132.1	↗
870840	Caixas velocidades e partes	319	300	↘	47.0	44.2	↘
870892	Tubos de escape e partes	117	139	↗	8.9	10.1	↗
870830	Travões, servofreios e partes	132	129	↘	26.6	25.9	↘
870829	Outros acess. de carroçarias	111	109	↘	17.6	14.6	↘
870880	Suspensão, amorteced. e partes	46	55	↗	7.1	6.8	↘
870894	Volantes, caixas direcção e partes	46	46	↗	4.0	4.5	↗
870870	Rodas, partes e acessórios	50	43	↘	11.4	11.6	↗
870810	Pára-choques e partes	34	39	↗	4.5	8.2	↗
870893	Embraiagens e partes	31	31	↘	1.9	2.0	↗
870850	Eixos transmissão c/ diferencial	35	30	↘	5.3	4.5	↘
Motores							
[1]	Explosão:	119	74	↘	10.1	6.5	↘
840820	Diesel	197	209	↗	14.2	18.4	↗
Componentes eléctricos:							
854430	Cablagens	44	67	↗	2.3	3.6	↗

(continua)

NC		milhões de Euros			1000 tons		
		2012	2013	↕	2012	2013	↕
850710	Baterias	44	50	↗	20.5	22.7	↗
853910	Faróis e projectores selados	31	26	↘	1.2	1.1	↘
841520	Aparelhos de ar condicionado	23	24	↗	1.6	1.6	↗
Outros componentes:							
4011	Pneus novos	300	313	↗	63.0	68.3	↗
842131	Filtros de entrada de ar	23	27	↗	1.3	1.6	↗
Outros veículos:							
8714	Partes de ciclos e cadeiras de rodas	129	119	↘	16.8	16.2	↘
8716	Reboques, semi-reboques e partes	41	63	↗	51.1	137.6	↗
8711	Motocicletas c/ ou s/ "side-car"	47	47	↘	4.0	6.8	↗
<i>Peso no total (%) >>></i>		93.2	93.5				

[1] 840731 a 34 + 840790.

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>) e do Eurostat para as quantidades (tons).

No conjunto das partes e acessórios registaram-se aumentos nas importações de tubos de escape, de suspensões e amortecedores, de volantes e caixas de direção e de para-choques, tendo decrescido as destinadas à indústria de montagem, incluindo as de aço estampado, as caixas de velocidades, os travões e servofreios, acessórios de carroçarias, rodas, embraiagens e eixos de transmissão.

Decresceram as importações de motores de explosão e aumentaram as de motores a diesel, principalmente destinados à indústria de montagem.

Na área dos componentes elétricos cresceram as importações de cablagens, de baterias e de aparelhos de ar condicionado, tendo decaído as de faróis e projectores selados.

Entre outros componentes destacam-se os acréscimos verificados na importação de pneus novos e de filtros de entrada de ar.

Finalmente, nos outros veículos é de referir o aumento das importações de reboques e semirreboques e uma redução nas de partes de ciclos e cadeiras de rodas, bem como de motocicletas com ou sem "sidecar".

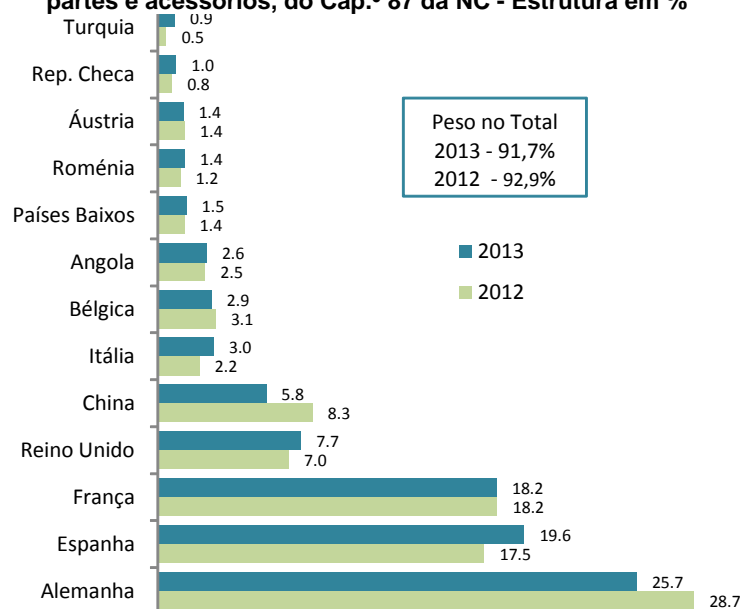
Em anexo apresenta-se um quadro mais discriminado, com o valor das importações efetuadas de 2009 a 2013 (*Anexo 2*).

5 – Principais Mercados de Destino das Exportações

Em 2013, os principais mercados de destino das exportações de veículos automóveis, tratores e ciclos, partes e acessórios do Capítulo 87 da Nomenclatura Combinada, foram a Alemanha (25,7% do total), a Espanha (19,6%) e a França (18,2%). Seguiram-se o Reino Unido, a China, a Itália, a Bélgica, Angola, os Países Baixos, a Roménia, a Áustria, a República Checa e a Turquia. Estes 13 países absorveram 91,7% do total das exportações efetuadas em 2013 e 92,9% em 2012. (*Figura 7*).

Por sua vez, as exportações, em 2013, de componentes não incluídos neste capítulo incidiram principalmente na Alemanha (30,6%), Espanha (17,4%), Reino Unido (10,4%) e França (7,7%), a que se seguiram, com quotas inferiores, a Bélgica, a Itália, os EUA, a República Checa, a Polónia, a Coreia do Sul, os Países Baixos, Angola, a Hungria e o México, representando estes 14 países 91,2% das exportações totais destes produtos (91,6% em 2012).

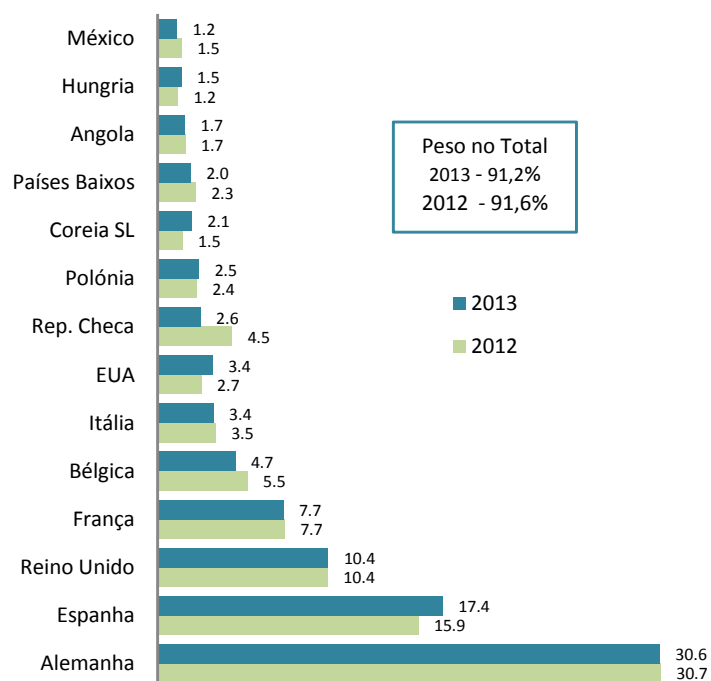
Figura 7 - Exportação de automóveis e outros veículos terrestres, partes e acessórios, do Cap.º 87 da NC - Estrutura em %



[1] Não inclui componentes fora do Capº 87 da NC.

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

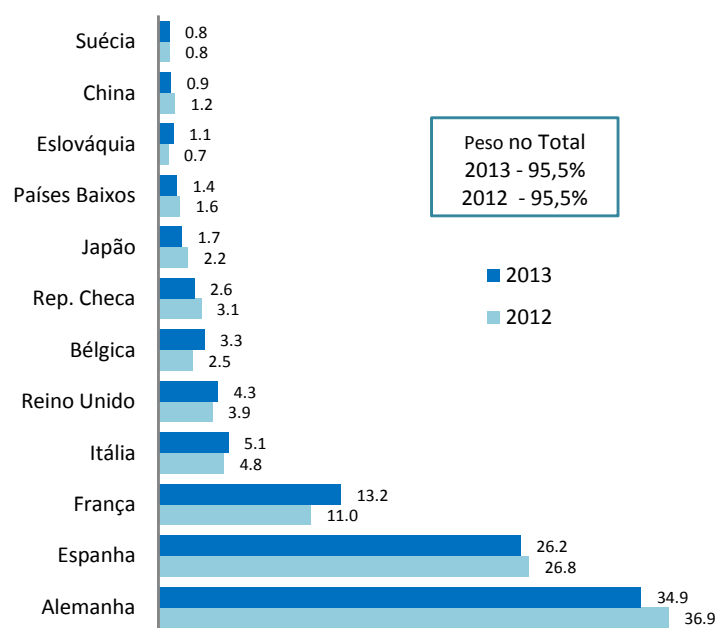
Figura 8 - Exportação de componentes diversos da indústria automóvel não incluídos no Cap.º 87 da NC - Estrutura em %)



Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

6 – Principais Mercados de Origem das Importações

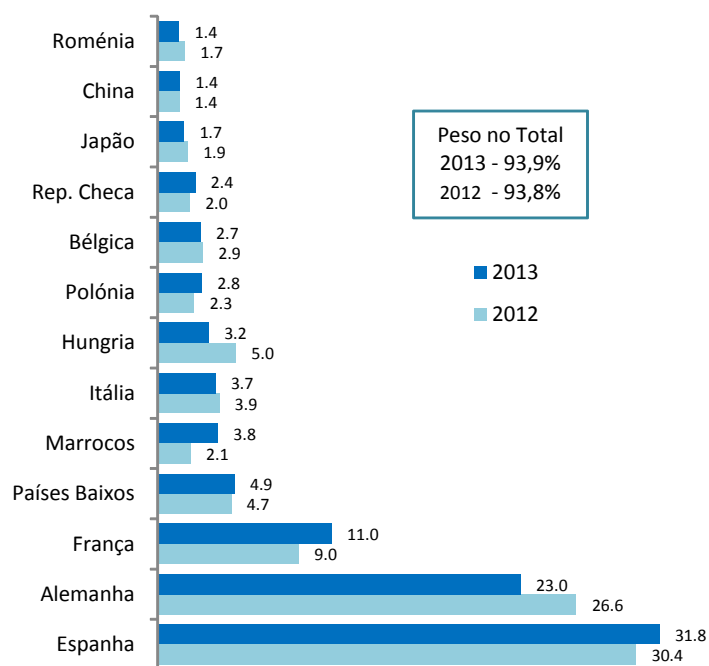
Figura 9 - Importação de automóveis e outros veículos terrestres, partes e acessórios, do Cap.º 87 da NC – Estrutura (%)



[1] Não inclui componentes fora do Cap.º 87 da NC.

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 10 - Importação de componentes diversos da indústria automóvel não incluídos no Cap.º 87 da NC – Estrutura (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

As importações dos produtos integrados no Capítulo 87 da Nomenclatura, tiveram a sua origem principalmente na Alemanha (31,9% em 2013), Espanha (26,2%) e França (13,2%), seguidos da Itália, Reino Unido, Bélgica, República Checa, Japão, Países Baixos, Eslováquia, China e Suécia, tendo estes 12 países pesado 95,5% no total (também 95,5% em 2012) (*Figura 9*).

Cerca de 95% dos restantes componentes distribuíram-se por 13 origens, com destaque para a Espanha (31,8%), Alemanha (23,0%) e França (11,0%), seguidos dos Países Baixos, Marrocos, Itália, Hungria, Polónia, Bélgica, República Checa, Japão, China e Roménia.

ANEXO 1
Exportação de automóveis e outros veículos terrestres
suas partes, acessórios e componentes diversos
2009 a 2013

NC	Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL		5 135 465	6 272 248	7 524 410	7 181 018	6 736 786
Capítulo 87 da Nomenclatura Combinada						
Total do Capº 87		3 532 670	4 319 546	5 307 737	4 973 929	4 727 690
8702	Para 10 ou mais pessoas	56 150	59 541	67 546	69 111	58 055
8703	Para passageiros e uso misto	1 426 203	1 745 120	2 348 021	2 086 225	1 846 561
	A gasolina:	810 491	853 461	1 001 518	1 008 714	756 623
870321	até 1000 c.c.	6 143	1 825	1 245	4 354	1 591
870322	de 1000 a 1500 c.c.	40 307	12 274	23 124	31 850	121 288
870323	de 1500 a 3000 c.c.	756 360	834 958	972 402	968 057	627 404
870324	mais de 3000 c.c.	7 681	4 403	4 748	4 452	6 340
	A diesel:	615 655	891 150	1 345 768	1 077 155	1 089 464
870331	até 1500 c.c.	5 349	1 038	1 459	8 033	5 275
870332	de 1500 a 2500 c.c.	605 990	886 414	1 340 296	1 065 345	1 077 056
870333	mais de 2500 c.c.	4 315	3 698	4 014	3 778	7 133
	Outros:	57	509	735	356	474
87031011	Para neve	0	0	0	0	0
87031018	Para campos de golfe	18	375	60	55	50
87039010	Com motor eléctrico	15	94	593	163	162
87039090	Outros:	24	39	83	138	262
8704	Para transporte de mercadorias	297 658	419 657	585 326	733 073	664 733
8705	Para usos especiais [1]	25 493	26 342	29 101	40 208	39 035
8701	Tractores	44 017	25 420	37 790	38 603	32 638
8706	Chassis com motor	10 054	7 983	6 777	5 999	7 593
8707	Carroçarias, incluindo cabines	11 568	9 558	12 334	13 700	27 164
8708	Partes e acessórios:	1 423 666	1 773 047	1 944 104	1 692 399	1 763 026
870810	Pára-choques e partes	16 478	16 018	18 737	18 835	18 095
870821	Cintos de segurança	484	451	437	380	670
870829	Outros acess. de carroçarias	51 353	110 977	127 536	110 404	123 123
870830	Travões, servofreios e partes	124 862	149 803	169 464	172 560	179 345
870840	Caixas velocidades e partes	196 728	234 699	245 960	247 026	236 244
870850	Eixos transmissão c/ diferencial	1 153	1 450	2 645	3 211	3 226
870870	Rodas, partes e acessórios	3 326	3 144	4 009	3 209	3 207
870880	Suspensão, amorteced. e partes	4 124	3 653	3 972	4 651	6 504
870891	Radiadores e partes	27 165	31 115	34 402	32 423	36 311
870892	Tubos de escape e partes	106 524	235 318	321 838	246 828	251 735
870893	Embraiagens e partes	3 480	3 666	4 991	4 150	3 795
870894	Volantes, caixas direcção e partes	72 507	77 515	98 522	96 268	102 252
870895	"Airbags" e partes	183 052	188 384	211 802	176 542	164 014
870899	Outras partes e acessórios	632 430	716 855	699 787	575 910	634 503
	Outros veículos	236 619	251 809	276 738	294 610	288 885
8709	Sem dispositivo de elevação [2]	212	558	109	366	150
8710	Veículos blindados de combate	56	311	103	170	1 546
8711	Motocicletas c/ ou s/ "side-car"	3 191	2 444	3 708	5 197	4 919
8712	Bicicletas e triciclos	108 214	132 208	139 616	138 020	130 754
8713	Cadeiras de rodas c/ ou s/ motor	4 841	3 353	3 691	4 281	3 698
8714	Partes de ciclos e cadeiras de rodas	51 075	50 933	50 453	52 285	56 237
8715	Carrinhos de bebé	18 505	24 798	35 270	33 657	28 915
8716	Reboques, semi-reboques e partes	50 524	37 203	43 789	60 635	62 665

(continua)

Exportação

1000 Euros

NC	Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013
Componentes diversos (fora do Capº 87 da NC)						
Total dos componentes dispersos		1 602 796	1 952 702	2 216 673	2 207 089	2 009 096
Motores de explosão:		1 094	1 565	2 087	3 640	3 045
840731	Até 50 c.c.	0	406	58	68	24
840732	De 50 a 250 c.c.	289	648	510	527	449
840733	De 250 a 1000 c.c.	7	8	0	40	44
840734	De mais de 1000 c.c.	326	356	1 364	2 792	1 954
840790	Outros	473	552	214	280	598
840820	Motores diesel:	1 256	1 432	1 387	2 523	2 628
Componentes eléctricos:		827 900	1 042 449	1 122 930	988 864	765 477
854430	Cablagens	135 919	140 738	136 237	126 804	132 652
850710	Baterias	9 147	10 151	9 483	9 583	8 463
851110	Velas de ignição	326	395	512	577	526
851120	Magnetos	4	15	22	33	20
851130	Distribuidores e bobinas ignição	16 640	33 685	30 803	47 313	66 222
851140	Motores de arranque	910	934	1 108	985	1 117
851240	Limpa-pára-brisas	5 881	13 624	13 430	13 579	11 277
853910	Faróis e projectores selados	2 290	3 789	5 145	2 946	2 623
852721	Rádios c/ gravador ou reprod. som	649 998	828 213	908 548	768 898	525 945
852729	Outros rádios	183	164	1 140	53	87
851210	Aparelh. iluminação p/ bicicletas	273	187	141	196	143
85392130	Halogéneos de tungsténio	2 502	1 125	2 336	2 028	2 502
85392930	Outras lâmpadas	587	273	604	741	719
85123010	Alarmes para automóveis	95	77	1 132	18	36
85129010	Partes de alarmes	4	1	12	7	9
85123090	Buzinas	94	83	147	90	222
841520	Aparelhos de ar condicionado	3 046	8 995	12 128	15 015	12 915
Outros componentes:		772 546	907 257	1 090 269	1 212 061	1 237 947
4011	Pneus novos	503 617	603 395	740 360	841 615	852 186
4012	Pneus usados ou recauchutados	6 787	9 752	14 362	14 683	13 023
4013	Câmaras-de-ar	249	261	215	263	314
84818040	Válvulas p/ pneus e câmaras ar	13	26	13	56	40
4010	Correias de transmissão	2 217	1 615	3 896	6 920	3 141
40169952	Peças de borracha-metal	109	201	807	767	469
40169957	Obras de borracha vulcanizada	19 679	25 265	32 401	46 345	56 938
700910	Espelhos retrovisores	2 449	2 677	2 617	3 732	3 512
70071110	Vidros temperados	21 819	24 481	22 214	12 784	3 784
70072120	Vidros de fls.contracoladas	24 300	31 874	35 851	34 332	32 924
830120	Fechaduras	75 175	91 314	107 834	117 200	123 602
842123	Filtros de óleo	3 421	3 963	4 641	5 958	6 456
842131	Filtros de entrada de ar	11 366	21 472	9 935	13 936	7 252
841330	Bombas p/ combustível e líq.	2 192	2 675	14 955	18 275	14 873
842549	Macacos	2 828	3 197	4 030	2 836	2 578
85291011	Antenas telescópicas	15 477	13 043	15 555	20 871	13 433
90292031	Conta-quilómetros	21 915	13 725	25 467	22 900	66 939
940120	Assentos e suas partes	58 932	58 319	55 117	48 589	36 482

[1] Auto-socorro, bombeiros, carro-betoneira, etc.

[2] Para a indústria de montagem, aço estampado e outros.

[3] Utilizados em fábricas, armazéns, portos e aeroportos, etc.

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

ANEXO 2
Importação de automóveis e outros veículos terrestres
suas partes, acessórios e componentes diversos
2009 a 2013

1000 Euros

NC	Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL		6 049 254	7 712 229	7 073 184	5 341 541	5 557 927
Capítulo 87 da Nomenclatura Combinada						
Total do Capº 87		5 197 492	6 648 407	5 963 284	4 358 451	4 557 240
8702	Para 10 ou mais pessoas	23 213	47 107	15 519	17 502	11 398
8703	Para passageiros e uso misto	2 553 750	3 534 091	2 715 028	1 653 468	1 814 612
	A gasolina:	811 413	971 436	708 851	418 491	423 431
870321	até 1000 c.c.	74 290	95 672	55 730	40 562	58 668
870322	de 1000 a 1500 c.c.	375 289	504 423	325 756	175 646	158 059
870323	de 1500 a 3000 c.c.	327 369	322 749	292 508	182 294	184 508
870324	mais de 3000 c.c.	34 466	48 592	34 857	19 989	22 196
	A diesel:	1 740 666	2 559 625	1 996 077	1 231 411	1 386 448
870331	até 1500 c.c.	427 568	704 632	474 147	276 127	345 330
870332	de 1500 a 2500 c.c.	1 206 350	1 682 170	1 381 582	868 243	950 776
870333	mais de 2500 c.c.	106 748	172 823	140 348	87 040	90 341
	Outros:	1 670	3 030	10 099	3 565	4 733
87031011	Para neve	0	0	0	0	0
87031018	Para campos de golfe	884	634	656	251	389
87039010	Com motor eléctrico	724	2 342	9 428	3 261	4 324
87039090	Outros:	62	54	15	54	20
8704	Para transporte de mercadorias	350 031	420 555	291 341	146 265	148 883
8705	Para usos especiais [1]	68 234	20 823	18 306	16 584	17 345
8701	Tractores	198 846	265 018	232 632	180 585	241 152
8706	Chassis com motor	34 770	38 207	44 499	30 380	32 825
8707	Carroçarias, incluindo cabines	3 667	15 737	17 814	7 974	5 843
8708	Partes e acessórios:	1 625 225	1 961 796	2 324 710	2 035 015	2 006 793
870810	Pára-choques e partes	26 116	32 674	41 589	33 723	38 624
870821	Cintos de segurança	2 359	2 590	2 677	2 164	2 016
870829	Outros acess. de carroçarias	130 722	150 682	146 418	111 017	109 169
870830	Travões, servofreios e partes	131 079	142 301	144 423	132 119	129 068
870840	Caixas velocidades e partes	213 316	260 511	352 632	319 111	300 227
870850	Eixos transmissão c/ diferencial	29 372	34 215	40 206	34 511	29 797
870870	Rodas, partes e acessórios	42 414	49 240	61 317	50 382	43 128
870880	Suspensão, amorteced. e partes	31 833	40 823	50 285	45 762	54 793
870891	Radiadores e partes	16 249	18 860	19 204	19 604	22 018
870892	Tubos de escape e partes	83 114	93 495	126 444	117 201	139 445
870893	Embraiagens e partes	39 371	34 402	34 790	31 251	30 828
870894	Volantes, caixas direcção e partes	38 034	48 101	61 122	46 008	46 020
870895	"Airbags" e partes	8 654	8 773	15 723	13 704	9 622
870899	Outras partes e acessórios [2]	832 593	1 045 129	1 227 878	1 078 457	1 052 039
	Outros veículos	332 101	334 661	303 437	270 679	278 389
8709	Sem dispositivo de elevação [3]	2 170	1 175	3 517	1 463	1 520
8710	Veículos blindados de combate	78 993	22 134	11 707	599	3 387
8711	Motocicletas c/ ou s/ "side-car"	58 236	67 275	60 053	47 073	46 772
8712	Bicicletas e triciclos	23 730	29 216	26 235	27 658	22 279
8713	Cadeiras de rodas c/ ou s/ motor	5 646	6 016	7 142	6 472	7 617
8714	Partes de ciclos e cadeiras de rodas	86 129	112 707	117 433	129 188	118 700
8715	Carrinhos de bebé	14 803	19 529	22 077	16 841	15 332
8716	Reboques, semi-reboques e partes	62 394	76 608	55 273	41 384	62 782

(continua)

Importação

1000 Euros

NC	Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013
Componentes diversos (fora do Capº 87 da NC)						
Total dos componentes dispersos		851 762	1 063 822	1 109 900	983 090	1 000 687
Motores de explosão:		120 227	115 719	119 720	119 099	73 746
840731	Até 50 c.c.	2	508	19	10	8
840732	De 50 a 250 c.c.	498	571	480	499	790
840733	De 250 a 1000 c.c.	44	136	136	166	169
840734	De mais de 1000 c.c.	116 979	111 123	116 281	116 369	70 615
840790	Outros	2 706	3 889	2 823	2 065	2 171
840820	Motores diesel:	115 439	196 427	241 755	197 047	209 179
Componentes eléctricos:		157 004	220 342	215 524	176 222	201 482
854430	Cablagens	35 325	68 487	57 452	44 020	67 261
850710	Baterias	36 902	54 148	46 060	43 670	50 288
851110	Velas de ignição	5 217	5 660	4 942	5 155	5 314
851120	Magnetos	180	621	98	106	82
851130	Distribuidores e bobinas ignição	1 070	1 408	1 594	1 407	1 059
851140	Motores de arranque	5 890	6 918	8 179	6 668	7 379
851240	Limpa-pára-brisas	3 289	5 187	4 247	4 762	5 123
853910	Faróis e projectores selados	13 774	19 363	32 792	30 825	25 516
852721	Rádios c/ gravador ou reprod. som	18 442	23 232	22 186	6 677	5 626
852729	Outros rádios	236	352	313	171	225
851210	Aparelh. iluminação p/ bicicletas	2 170	2 487	2 841	2 678	2 744
85392130	Halogéneos de tungsténio	2 385	3 399	2 385	2 429	2 800
85392930	Outras lâmpadas	2 167	3 528	3 053	2 403	2 771
85123010	Alarmes para automóveis	3 856	3 258	1 708	748	585
85129010	Partes de alarmes	1 016	761	410	636	319
85123090	Buzinas	875	1 156	959	1 026	615
841520	Aparelhos de ar condicionado	24 208	20 378	26 306	22 842	23 775
Outros componentes:		459 092	531 334	532 901	490 721	516 279
4011	Pneus novos	295 666	322 128	337 754	299 713	312 709
4012	Pneus usados ou recauchutados	9 587	11 039	12 794	13 290	15 522
4013	Câmaras-de-ar	3 084	3 026	3 359	3 545	3 570
84818040	Válvulas p/ pneus e câmaras ar	290	386	651	588	722
4010	Correias de transmissão	21 363	18 784	18 652	19 362	15 838
40169952	Peças de borracha-metal	9 153	17 379	14 190	12 197	12 562
40169957	Obras de borracha vulcanizada	8 444	12 794	14 250	15 257	12 886
700910	Espelhos retrovisores	11 211	7 993	9 100	8 077	7 949
70071110	Vidros temperados	13 163	14 346	13 142	10 110	11 281
70072120	Vidros de fls.contracoladas	11 088	15 273	17 278	16 342	18 832
830120	Fechaduras	9 646	12 096	14 645	15 538	19 472
842123	Filtros de óleo	19 133	20 173	19 603	17 380	19 830
842131	Filtros de entrada de ar	11 327	32 450	18 894	23 377	27 233
841330	Bombas p/ combustível e líq.	13 808	14 924	17 180	16 464	16 990
842549	Macacos	447	813	813	506	357
85291011	Antenas telescópicas	2 413	3 617	3 175	2 891	3 320
90292031	Conta-quilómetros	7 973	9 155	10 671	9 286	10 272
940120	Assentos e suas partes	11 294	14 960	6 750	6 798	6 936

[1] Auto-socorro, bombeiros, carro-betoneira, etc.

[2] Para a indústria de montagem, aço estampado e outros.

[3] Utilizados em fábricas, armazéns, portos e aeroportos, etc.

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>11 de março de 2014</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 11 de março de 2014 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismo Único de Resolução (SRM): O Conselho renovou novamente o mandato da Presidência para negociar com o Parlamento Europeu o Regulamento SRM. O novo mandato permitiu à Presidência alcançar acordo com o Parlamento Europeu no trólogo de 19 de março, posteriormente confirmado no Coreper de 27 de março. O acordo será acompanhado por um acordo intergovernamental quanto ao funcionamento do Fundo Único de Resolução (<i>Single Resolution Fund</i>, SRF). O acordo com o Parlamento inclui algumas alterações importantes relativamente à orientação geral do Conselho de Dezembro, em particular uma aceleração significativa do ritmo de mutualização do SRF. O Regulamento SRM aplicar-se-á a partir de janeiro de 2015 no que se refere à preparação de planos de resolução, e a partir de janeiro de 2016 no que respeita às restantes disposições. ▪ Tributação dos rendimentos da Poupança: O Conselho debateu um projeto de diretiva destinada a alterar a Diretiva 2003/48/CE <i>relativa à tributação do rendimento da poupança em forma de pagamentos de juros</i> (Diretiva da Poupança), alargando o seu âmbito de aplicação de forma a abranger novos tipos de rendimentos da poupança, evitando assim que a Diretiva seja contornada e refletindo as mudanças registadas nos produtos de poupança e a evolução do comportamento dos investidores desde a sua entrada em vigor em 2005. Após a aprovação política da proposta de diretiva no Conselho Europeu de 20 e 21 de março, a diretiva foi formalmente adotada pelo Conselho a 24 de março. Os estados-membros terão de adotar a legislação nacional necessária para cumprir a diretiva até 1 de janeiro de 2016. <p>Ainda no que se refere ao Conselho Europeu de 20 e 21 de março, há a referir que o mesmo realçou a necessidade do reforço das políticas orientadas para o aumento da competitividade, que apoiem a criação de emprego e combatam o desemprego, em particular o desemprego jovem, bem como o prosseguimento das reformas no mercado de trabalho, na sequência da validação por parte do Conselho Europeu de dezembro de 2013 das cinco prioridades para a UE e os seus estados-membros¹ apresentadas pela Comissão Europeia no Relatório Anual relativo ao Crescimento. O Conselho Europeu reiterou ainda a necessidade de os programas nacionais de reformas e os programas de estabilidade e de convergência incidirem sobre a resposta às recomendações específicas para cada estado-membro aprovadas no ano transato, mas também à recente análise efetuada pela Comissão no âmbito da supervisão dos desequilíbrios macroeconómicos e orçamentais.</p> <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a confirmação pelo COREPER, no dia 19 de março, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu relativo à revisão da Diretiva 2009/65/CE relativa aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (OICVM).</p>
<p>Prestação <i>online</i> de serviços públicos</p>	<p>Aprovou um diploma que estabelece a regra da prestação <i>online</i> de serviços públicos, consagrando, em simultâneo, o atendimento digital assistido através da criação de uma rede de espaços destinados a dar essa assistência aos cidadãos</p>

¹ Prioridades identificadas: (i) prosseguir uma consolidação orçamental que potencie o crescimento económico; (ii) restaurar o normal fluxo de crédito à economia e (iii) implementar reformas estruturais orientadas para a promoção da competitividade e que contribuam para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, (iv) combater o desemprego e as suas consequências sociais e (v) modernizar a Administração Pública.

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 27 de março	<p>dãos.</p> <p>O atendimento digital assistido baseia-se em parcerias com autarquias locais, entidades do sector associativo ou de solidariedade social, bem como com outras entidades públicas ou entidades que prestem serviços de interesse público.</p> <p>Este modelo alia as vantagens dos serviços digitais ao atendimento presencial, através da intervenção dos assistentes de atendimento digital, e assegura a presença do Estado em todo o território nacional, através da criação dos denominados Espaços do Cidadão.</p>
Sistema de autenticação Chave Móvel Digital	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital.</p> <p>Esta medida decorre da constatação de uma utilização relativamente baixa dos serviços públicos digitais, a qual contrasta com a elevada disponibilidade destes serviços e se deve em muito à complexidade dos meios de autenticação atualmente existentes.</p>
Conselho de Ministros de 27 de março	
Simplificação e modernização administrativa	<p>Aprovou um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa, de forma a consolidar as políticas de modernização da Administração Pública, em particular, dos seus serviços de atendimento ao público.</p>
Linha do Cidadão	<p>Entre as medidas de simplificação administrativa agora aprovadas, destaca-se a possibilidade de dispensar o cidadão de apresentação de documentos ou de informação já detida pela própria Administração Pública (mediante o seu prévio consentimento), bem como a desmaterialização e utilização de novas tecnologias em diversos aspetos da atividade administrativa.</p>
Conselho de Ministros de 27 de março	<p>Ficou ainda aprovada a criação de uma Linha do Cidadão, na qual se filiarão todas as outras linhas públicas telefónicas de atendimento nacional.</p>
«Teste PME»	<p>Aprovou um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa, procedendo à alteração do diploma que criou a Rede Interministerial de Modernização Administrativa.</p>
Conselho de Ministros de 27 de março	<p>Entre as medidas agora aprovadas, destaca-se a instituição de mecanismos de avaliação de impacto regulatório, designadamente o «Teste PME», que incide sobre o impacto de atos normativos para as pequenas e médias empresas. Esta iniciativa está prevista no âmbito da União Europeia, o Small Business Act para a Europa, cuja implementação é condição para a atribuição de fundos no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020.</p> <p>Outra alteração incide na aplicação da regra da comporta regulatória, prevista no Memorando de Entendimento, e que obriga, sempre que se proceda à aprovação de atos normativos que criem custos de contexto sobre cidadãos e empresas, à apresentação de proposta de redução de custos de contexto equivalentes, através da alteração de outros atos normativos que tenham idêntico impacto.</p>
Reabilitação urbana – programa Solarh	<p>Aprovou a alteração do programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação (Solarh), no sentido de permitir que os fundos que resultam dos reembolsos dos empréstimos possam ser destinados à concessão de financiamento no âmbito de outros programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana.</p>
Conselho de Ministros de 27 de março	<p>Pretende-se, assim, reforçar os meios necessários para a concessão de apoio financeiro ao acesso à aquisição de habitação por parte de beneficiários de programas de realojamento e à promoção de intervenções de reabilitação urbana.</p>
Simplificação do regime de acesso e de exercício de	<p>Aprovou uma proposta de lei para autorizar o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e a estabelecer o regime contraordenacional respetivo.</p>

Iniciativa	Sumário
atividades de comércio, serviços e restauração	Pretende-se criar um novo quadro jurídico mais simples e compreensível, que facilite a captação de novos investidores e a geração de novos projetos para os empresários já estabelecidos. Pretende-se, desta forma, aprovar um regime de acesso e exercício a atividades económicas baseado na desburocratização e na clarificação legislativa, processo já iniciado com o Licenciamento Zero e com o Sistema da Industria Responsável (SIR).
Conselho de Ministros de 20 de março	De entre as medidas a aprovar, destaca-se a redução da dispersão legislativa, através da consolidação, num único diploma, de uma parte significativa das matérias relativas ao exercício da atividade de comércio, serviços e restauração. Pretende-se ainda proceder à liberalização do acesso a determinadas atividades, reforçando-se, simultaneamente, os mecanismos de fiscalização.
Extinção da SIEV	Aprovou os termos da extinção da SIEV - Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, S.A., sociedade de capitais totalmente públicos.
Conselho de Ministros de 20 de março	O património, os direitos e as obrigações da SIEV, S.A., são integrados no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), que integrará também as atribuições da SIEV, S.A., respeitantes à exploração e gestão do sistema de identificação eletrónica de veículos, nas matérias não regulatórias. Por outro lado, as atribuições da SIEV, S.A., respeitantes à regulação do sistema de identificação eletrónica de veículos, são integradas na nova Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.
Estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT)	Aprovou os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), na sequência da lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica, procedendo também à alteração da orgânica do Ministério da Economia.
Conselho de Ministros de 20 de março	Cabe à AMT a missão de definir e implementar o quadro geral de políticas de regulação e de supervisão aplicáveis aos sectores e atividades de infraestruturas e de transportes terrestres, fluviais e marítimos, num contexto de escassez de recursos e de otimização da qualidade e da eficiência, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.
Segurança do transporte ferroviário	Aprovou a alteração dos diplomas relativos ao transporte ferroviário que fizeram a transposição de diretivas da União Europeia sobre a segurança dos caminhos-de-ferro e sobre o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários.
Conselho de Ministros de 5 de março	O âmbito destas alterações respeita à promoção e reforço da segurança ferroviária, aos requisitos de certificação, às competências da autoridade responsável pela segurança ferroviária e aos inquéritos sobre acidentes e incidentes. Foram ainda introduzidos ajustamentos, designadamente em disposições sobre métodos comuns de segurança para a avaliação e aprovação dos sistemas de gestão de segurança, em face da evolução normativa comunitária nesta matéria, bem como no regime sancionatório aplicável às empresas e pessoal ferroviário.
Descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social (ADSE, SAD e ADM)	Aprovou o envio para a Assembleia da República do diploma que modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).
Conselho de Ministros de 13 de março	Estas alterações visam que os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde sejam autofinanciados pelas contribuições dos seus beneficiários.
Promoção do Turismo	Em 2014, o governo vai apostar numa estratégia de promoção do turismo específica para o mercado alemão, uma vez que é um dos países que revela maior potencial de crescimento. O plano de promoção assenta em quatro eixos princi-

Iniciativa	Sumário
Portal do governo de 5 de março	<p>país:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades - através de parcerias com companhias aéreas; • Trade marketing - através de campanhas conjuntas com operadores turísticos; • Conhecimento da oferta - através de ações de formação com agentes de viagens; • Comunicação digital - através de campanhas online para os consumidores.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regulamentação dos termos e tramitação do parecer prévio</i></p> <p>Portaria n.º 53/2014. D.R. n.º 43, Série I de 2014-03-03</p>	Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.
<p><i>Isenção de IRC</i></p> <p>Despacho n.º 3358/2014. D.R. n.º 43, Série II de 2014-03-03</p>	Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC da Associação Nacional de Direito ao Crédito.
<p><i>Conselho de Concertação Territorial</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2014. D.R. n.º 45, Série I de 2014-03-05</p>	Cria o Conselho de Concertação Territorial, como o órgão político de promoção da consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas infraestaduais, no plano regional e local.
<p><i>Convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social</i></p> <p>Lei n.º 11/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06</p>	Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de empreitada de reabilitação de esporões</i></p> <p>Portaria n.º 183/2014. D.R. n.º 47, Série II de 2014-03-07</p>	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada de reabilitação dos esporões e das estruturas longitudinais aderentes da Cova Gala, de Lavos e da Leirosa e do cordão dunar entre a Leirosa e a Ribeira do Estremal.
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de empreitada de "Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena"</i></p> <p>Portaria n.º 184/2014. D.R. n.º 47, Série II de 2014-03-07</p>	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada para "Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena".
<p><i>Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07</p>	Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, que assenta em três áreas de atuação: Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, e Ajuda Humanitária e de Emergência,
<p><i>Serviço público de telecomunicações</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 35/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07</p>	Revoga o Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de fevereiro, que altera e substitui as bases da concessão do serviço público de telecomunicações.
<p><i>Fixação da percentagem de taxas como receita própria</i></p> <p>Portaria n.º 57/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07</p>	Fixa para os anos de 2013 e 2014 as percentagens que a Autoridade da Concorrência recebe a título de receitas próprias, provenientes de taxas cobradas pelos serviços prestados, de várias entidades reguladoras.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>40 anos do 25 de abril</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2014. D.R. n.º 49, Série I de 2014-03-11</p>	<p>Aprova o «Programa das comemorações dos quarenta anos do 25 de abril de 1974».</p>
<p><i>Extensão de encargos relativos à expedição de malas diplomáticas</i></p> <p>Portaria n.º 191/2014. D.R. n.º 49, Série II de 2014-03-11</p>	<p>Extensão de encargos orçamentais decorrentes da contratação de serviços relativos à expedição e receção de malas diplomáticas.</p>
<p><i>Regime da contribuição sobre o setor bancário</i></p> <p>Portaria n.º 64/2014. D.R. n.º 50, Série I de 2014-03-12</p>	<p>Segunda alteração à Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, que regulamenta e estabelece as condições de aplicação do regime da contribuição sobre o setor bancário.</p>
<p><i>Regulamento do seguro de colheitas e compensação de sinistralidade</i></p> <p>Portaria n.º 65/2014. D.R. n.º 50, Série I de 2014-03-12</p>	<p>Aprova o Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade, integrados no Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas.</p>
<p><i>Autorização de realização de despesa para a aquisição de serviços móveis de dados</i></p> <p>Despacho n.º 3841/2014. D.R. n.º 50, Série II de 2014-03-12</p>	<p>Despacho que autoriza a realização da despesa decorrente da aquisição de serviços móveis de dados para os exercícios económicos de 2014, 2015 e 2016, no montante global de EUR 85.903,19, acrescido de IVA, para organismos do Ministério da Justiça.</p>
<p><i>Autorização de aquisição de AFIS</i></p> <p>Portaria n.º 197/2014. D.R. n.º 50, Série II de 2014-03-12</p>	<p>Autoriza o Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira a proceder à repartição de encargos relativos à despesa inerente à celebração de um contrato de aquisição de bens móveis, com vista ao fornecimento de gás propano a granel.</p>
<p><i>Reforma da tributação das sociedades (retificação)</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 18/2014. D.R. n.º 51, Série I de 2014-03-13</p>	<p>Declaração de retificação à Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que «Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014.</p>
<p><i>Autorização de realização de encargos relativos a serviços de limpeza</i></p> <p>Portaria n.º 204/2014. D.R. n.º 51, Série II de 2014-03-13</p>	<p>Portaria que autoriza o Instituto da Segurança Social, I.P., a assumir encargos da contratação de serviços de limpeza.</p>
<p><i>Orçamento do Estado para 2014 (alteração)</i></p> <p>Lei n.º 13/2014. D.R. n.º 52, Série I de 2014-03-14</p>	<p>Primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).</p>
<p><i>Prorrogação do prazo do Programa de Rescisões por mútuo acordo de Docentes</i></p> <p>Portaria n.º 69/2014. D.R. n.º 52, Série I de 2014-03-14</p>	<p>Prorroga até 30 de junho de 2014 o prazo previsto no n.º 1 do artigo 8.º da Portaria n.º 332-A/2013, de 11 de novembro, que regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de Docentes integrados na Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada "Linha do Norte"</i></p> <p>Portaria n.º 207/2014. D.R. n.º 52, Série II de 2014-03-14</p>	<p>Autoriza a REFER, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos à execução do contrato da empreitada da "Linha do Norte - Subtrço 2.3 - Alfarelos/Pampilhosa - Construção da Passagem Superior Rodoviária ao Km 223,439 e restabelecimentos para supressão da passagem de nível ao km 223,110 e reclassificação a uso de peões da passagem de nível ao km 223,990.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada "Eletrificação do Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro"</i></p> <p>Portaria n.º 208/2014. D.R. n.º 52, Série II de 2014-03-14</p>	<p>Autoriza a REFER, E. P. E. a proceder à repartição de encargos relativos à execução do contrato da empreitada de "Eletrificação do Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro".</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Autorização dos encargos relativos à construção do Centro Escolar e Escola Básica 2,3 de Campo Maior</i></p> <p>Portaria n.º 211/2014. D.R. n.º 53, Série II de 2014-03-17</p>	<p>Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os encargos orçamentais decorrentes do Acordo de Colaboração n.º 94/2011, sobre a construção do Centro Escolar e Escola Básica 2,3 de Campo Maior.</p>
<p><i>Código dos Valores Mobiliários</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 40/2014. D.R. n.º 54, Série I de 2014-03-18</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 6/2014, de 12 de fevereiro, aprova as medidas nacionais necessárias à aplicação em Portugal do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, incluindo o respetivo regime sancionatório, e altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro.</p>
<p><i>Autorização de um contrato de auxílio de financiamento</i></p> <p>Despacho n.º 4091/2014. D.R. n.º 54, Série II de 2014-03-18</p>	<p>Autoriza a celebração de um contrato de auxílio financeiro, no âmbito do Fundo de Emergência Municipal, com o município de Alfândega da Fé que sofreu danos significativos na sequência do incêndio ocorrido em Picões entre 8 e 11 de julho de 2013.</p>
<p><i>Autorização da repartição plurianual dos encargos financeiros da linha de crédito para estudantes do Ensino Superior</i></p> <p>Portaria n.º 212/2014. D.R. n.º 54, Série II de 2014-03-18</p>	<p>Autoriza a repartição plurianual dos encargos financeiros resultantes do contrato de linha de crédito para estudantes do ensino superior com garantia mútua.</p>
<p><i>Constituição de Comissão</i></p> <p>Despacho n.º 4125/2014. D.R. n.º 55, Série II de 2014-03-19</p>	<p>Constituição de uma comissão para a renegociação do contrato de concessão do projeto, da construção, do fornecimento de equipamentos e material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo, celebrado entre o Estado Português e a MTS - Metro, Transportes do Sul, S. A.</p>
<p><i>Reprivatização da Empresa Geral do Fomento</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 45/2014. D.R. n.º 56, Série I de 2014-03-20</p>	<p>Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A.</p>
<p><i>Portos de Faro e de Portimão</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 44/2014. D.R. n.º 56, Série I de 2014-03-20</p>	<p>Estabelece o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., para a APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.</p>
<p><i>Isenção de IRC</i></p> <p>Despacho n.º 4212/2014. D.R. n.º 57, Série II de 2014-03-21</p>	<p>Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC da Fundação D. Bosco - Projeto Vida.</p>
<p><i>Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique</i></p> <p>Portaria n.º 76-A/2014. D.R. n.º 58, Suplemento, Série I de 2014-03-24</p>	<p>Primeira alteração ao Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, aprovado pela Portaria n.º 815/2010, de 30 de agosto.</p>
<p><i>Regime jurídico dos empreendimentos turísticos sociedades (retificação)</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 19/2014. D.R. n.º 58, Série I de 2014-03-24</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, do Ministério da Economia, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2014.</p>
<p><i>Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (alteração)</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 47/2014. D.R. n.º 58, Série I de 2014-03-24</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Autorização de assunção de encargos relativos à aquisição de serviços de desenvolvimento de programas informáticos</i></p> <p>Portaria n.º 219/2014. D.R. n.º 58, Série II de 2014-03-24</p>	<p>Portaria que autoriza o Instituto de Informática, I.P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços relativo ao desenvolvimento de programas informáticos para as Iniciativas Planeadas no âmbito do Sistema de Informação Financeira.</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos relativos à aquisição de serviços de desenvolvimento de software</i></p> <p>Portaria n.º 220/2014. D.R. n.º 58, Série II de 2014-03-24</p>	<p>Portaria que autoriza o Instituto de Informática, I.P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços para o desenvolvimento de software.</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos relativos à aquisição de serviços de "Operação de sistemas"</i></p> <p>Portaria n.º 221/2014. D.R. n.º 58, Série II de 2014-03-24</p>	<p>Portaria que autoriza o conselho diretivo do Instituto de Informática, I.P., a assumir encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de "Operação de sistemas".</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos da tipologia de Apoio ao Audiovisual e Multimédia</i></p> <p>Portaria n.º 226/2014. D.R. n.º 59, Série II de 2014-03-25</p>	<p>Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA) a proceder à repartição de encargos relativos aos contratos de apoio que venham a ser celebrados na tipologia de Apoio ao Audiovisual e Multimédia.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos ao Programa de apoio à formação de públicos nas escolas</i></p> <p>Portaria n.º 227/2014. D.R. n.º 59, Série II de 2014-03-25</p>	<p>Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA) a proceder à repartição de encargos, relativos aos contratos de apoio que venham a ser celebrados no âmbito do Programa de apoio à formação de públicos nas escolas.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos da tipologia de Apoio ao Cinema</i></p> <p>Portaria n.º 228/2014. D.R. n.º 59, Série II de 2014-03-25</p>	<p>Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA) a proceder à repartição de encargos relativos aos contratos de apoio que venham a ser celebrados, na tipologia de Apoio ao Cinema.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a medidas de apoio à exibição em festivais e circuitos alternativos</i></p> <p>Portaria n.º 229/2014. D.R. n.º 59, Série II de 2014-03-25</p>	<p>Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA) a proceder à repartição de encargos relativos aos contratos de apoio que venham a ser celebrados no âmbito das medidas de apoio à exibição em festivais e circuitos alternativos.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a diversos programas de apoio, divulgação e promoção</i></p> <p>Portaria n.º 230/2014. D.R. n.º 59, Série II de 2014-03-25</p>	<p>Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA) a proceder à repartição de encargos relativos aos contratos de apoio que virão a ser celebrados no âmbito do Programa de apoio à Internacionalização que integra os subprogramas de apoio à divulgação e promoção internacional de obras nacionais, à divulgação e promoção internacional de obras nacionais através de associações do setor e apoio à distribuição de obras nacionais em mercados internacionais.</p>
<p><i>Autorização de realização de despesa para aquisição de equipamento</i></p> <p>Despacho n.º 4407/2014. D.R. n.º 60, Série II de 2014-03-26</p>	<p>Autoriza a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais a realizar a despesa no âmbito da aquisição de equipamentos de Cópia e Impressão.</p>
<p><i>Extensão de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 237/2014. D.R. n.º 60, Série II de 2014-03-26</p>	<p>Extensão de encargos - Adesão de Portugal através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.) ao European Research Infrastructure Consortium (ERIC) do European Clinical Research Infrastructures (ECRIN).</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos relativos à aquisição de produtos de higiene e limpeza</i></p> <p>Portaria n.º 242/2014. D.R. n.º 62, Série II de 2014-03-28</p>	<p>Autoriza as entidades do Ministério da Administração Interna a assumir os encargos orçamentais decorrentes dos contratos para aquisição de produtos de higiene e limpeza.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Autorização de assunção de encargos relativos à aquisição de serviço móvel terrestre</i> Portaria n.º 243/2014. D.R. n.º 62, Série II de 2014-03-28	Autoriza as entidades do Ministério da Administração Interna a assumir os encargos orçamentais decorrentes dos contratos para aquisição de serviço móvel terrestre.
<i>Autorização de repartição plurianual de encargos decorrentes do Acordo de Colaboração 18/2009</i> Portaria n.º 244/2014. D.R. n.º 62, Série II de 2014-03-28	Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a proceder à repartição plurianual dos encargos decorrentes da celebração da terceira alteração ao Acordo de Colaboração n.º 18/2009.

Abreviaturas Utilizadas

